



RELATÓRIO E CONTAS > 2002

> PORTUGAL

> ESPANHA

> REINO UNIDO

> BÉLGICA

> LUXEMBURGO

> ALEMANHA

> FRANÇA

> SUÍÇA

> ITÁLIA

- > REINO UNIDO
- > BÉLGICA
- > LUXEMBURGO
- > ALEMANHA
- > FRANÇA
- > SUÍÇA
- > PORTUGAL
- > ESPANHA
- > ITÁLIA

"A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 250 do Código dos Valores Mobiliários, ☐ dispensou a publicação das contas individuais. Os documentos de prestação de contas desta dispensa encontram-se disponíveis para ☐ consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades ☐ Comerciais:"

INAPA IPG

DISTRIBUIÇÃO DE PAPEL

PORTUGAL

Inapa Portugal

CPA
Fernandes Distribuição
Sacopel
Papéis Carreira
Papéis Carreira Açores
Papéis Carreira Madeira

ESPANHA

Idisa

FRANÇA

Inapa France

Navarre
Grifo
Oridis

SUIÇA

Inapa Switzerland

Biber & Rochat

BÉLGICA

Inapa Belgium

Buropapier
Ordipap

LUXEMBURGO

Inapa Luxemburg

Papyrus

ITÁLIA

Inapa Italy

Lucchetti Decart

ALEMANHA

Papier Union

REINO UNIDO

Tavistock

OUTRAS ACTIVIDADES

Inaveste
Medialivros
Papellaria Fernandes

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

José António dos Reis Martinez
Fernando M. N. de Almeida Jardim
Luís Gonzaga Bernardo Martins Rolo
Luís Eduardo Mendia de Castro

Presidente
Vice-Presidente
Secretários

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha
José Eugénio Soares Vinagre
Carlos Eugénio Magalhães Corrêa da Silva
Henrique Abílio Cardoso Paulo Fernandes
Casimiro Bento da Silva Santos
Salvador Guimarães José de Mello
João Gonçalves da Silveira
João da Costa Manuel
Jorge Armino Carvalho Teixeira, em representação de:
Portucel, SGPS

Presidente
Vogais

CONSELHO FISCAL

Diogo de Portugal Trigueiros de Aragão
Maria Lucília Veludo Alves Pereira Nunes de Matos
Carlos Alberto Domingues Ferraz, em representação de:
Oliveira, Reis & Associados, SROC
Amável Calhau, em representação de:
Amável Calhau, Justino Romão & J.M. Ribeiro da Cunha, SROC

Presidente
Vogais

O exercício de 2002 decorreu, em todo o espaço europeu, num ambiente de forte desaceleração da actividade económica.

Esta conjuntura, com consequências em todos os sectores da economia, teve um impacto particularmente forte nos investimentos publicitários, promocionais e consequentemente, de uma maneira geral, nos campos da impressão e da edição, circunstância que afectou pesadamente o consumo de papel gráfico ao longo do ano de 2002.

O volume de negócios, no sector da distribuição de papel, na Europa, regrediu pelo segundo ano consecutivo, facto sem precedentes conhecidos. Os dados estatísticos publicados pela Eugropa (Associação Europeia de Distribuidores de Papel) apontam para um volume de vendas de 9.8 milhões de toneladas, representando um decréscimo de aproximadamente 4% relativamente ao ano anterior.

Se se tiver presente a quebra de vendas verificada no ano 2001, pode-se concluir que o mercado europeu regrediu em 2002, cerca de 700 mil toneladas, o que equivale a um volume sensivelmente igual ao da totalidade do mercado espanhol de distribuição de papel. Assumem assim particular importância os resultados alcançados pelo grupo em 2002 - EUR 800 mil - tanto por compararem com um prejuízo de 7.8 milhões de euros no ano de 2001, como, e sobretudo, pelo que revelam de esforço e empenho permanentes de todos os nossos quadros e colaboradores, sem os quais não seriam manifestamente alcançáveis.

Presente em nove países, o Grupo Inapa concentra parte muito substancial do seu volume de negócios nos dois maiores mercados europeus - Alemanha e França.

O Grupo soube interpretar, em tempo útil, as novas tendências do mercado europeu e adaptar-se às novas exigências do sector, tornando-o mais robusto e apto a confrontar-se com sucesso à nova realidade competitiva.

É de sublinhar, nesse sentido, o forte contributo obtido com a optimização dos custos de estrutura e de distribuição, como resultado do sucesso, de reorganizações das nossas operações, com especial incidência no mercado francês e espanhol, do aprofundamento das sinergias internas e da forte aposta nas marcas próprias que, no caso dos "Office Papers" - Inapa Tecno, representam já 20% das vendas do Grupo neste segmento.

Ao nível logístico será de destacar a inauguração dos centros de Madrid e de Lyon, que irão permitir a optimização das várias plataformas já existentes e, neste último caso, explorar de forma mais eficaz as oportunidades de negócio trans-fronteiriças. É ainda de evidenciar o reconhecimento que o Grupo Inapa foi alvo pela Câmara Hispano Portuguesa de Comércio Indústria, ao ser considerada a empresa Portuguesa do ano, a operar em Espanha. A redesignação verificada recentemente pelas empresas dos sub-grupo francês para "Inapa", em França, Suíça, Bélgica, Luxemburgo e Itália constituíram um importante passo na consolidação da identidade institucional do Grupo.

Em termos de perspectivas, se não deixamos de ter presente o clima de grande incerteza que se atravessa, estamos cientes que o conjunto de medidas que têm sido levadas a cabo, a par da capacidade de motivação com que podemos contar por parte de todos os quadros do Grupo, permitem-nos uma capacidade acrescida de resistência à crise em que as economias em geral estão situadas. Só uma ultrapassagem desta situação, com novos patamares de confiança a influenciarem positivamente o investimento e o consumo, poderemos assistir a uma recuperação dos mercados, do nosso volume de negócios e a valores de resultados mais significativos.



Vasco Quevedo Pessanha

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DE GESTÃO



Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Relatório de Gestão, os Balanços e Contas Simples e Consolidadas, referentes ao exercício de 2002.

INAPA - IPG



Administradores Executivos

João Manuel, Vasco Quevedo Pessanha (Presidente), José Vinagre

A CONJUNTURA

O ano de 2002 confirmou plenamente os sinais de crise generalizada da economia mundial, persistentes desde o início do ano 2001. De facto, contrariando as expectativas mais optimistas que haviam sugerido uma possível retoma do crescimento económico durante a segunda metade do ano, os principais indicadores macro-económicos tiveram

um comportamento acentuadamente negativo - crescimento insuficiente, quebra generalizada dos investimentos, aumento significativo das taxas de desemprego e quebra contínua dos vários índices de confiança empresarial.

Como aspectos positivos, contudo, são de salientar as várias reduções das taxas de juro de referência - que, no entanto, não produziram o impacto esperado na reanimação das economias - as políticas de contenção de crédito tendentes à redução dos níveis de endividamento, nomeadamente das famílias, e as políticas de equilíbrio das contas públicas, pressuposto fundamental para as futuras reformas fiscais necessárias à sustentação do crescimento económico.

Como pano de fundo - presente desde os acontecimentos trágicos do 11 de Setembro de 2001 - as tensões terroristas à escala global

têm vindo a provocar fracturas políticas regionais significativas, deteriorando e retardando ainda mais as condições de estabilidade necessárias para uma retoma efectiva das economias. Neste contexto, não é ainda evidente que 2003 venha a ser o ponto de inversão de um ciclo económico negativo iniciado já na parte final do ano 2000 - o mais gravoso das economias ocidentais desde a recessão dos anos 30.

A INDÚSTRIA PAPELEIRA

A evidente degradação da conjuntura económica, com importante impacto negativo nos investimentos publicitários e, de uma maneira geral, nas actividades de impressão e escrita, não tem, obviamente, sido favorável à indústria papelreira que opera no mercado dos papéis gráficos. Confrontados, desde há muito, com problemas de sobrecapacidade industrial instalada - apesar dos enormes esforços já concretizados para ajustar essas capacidades aos novos níveis da procura mundial - os principais produtores papelreiros continuaram a operar, pelo segundo ano consecutivo, a níveis médios de eficiência pouco acima dos 75%, manifestamente gravosos para as respectivas rentabilidades. Por força disso, mantiveram uma política de pouca flexibilidade de preços em alta, dificilmente repercutíveis no utilizador final - sobretudo no espaço económico europeu - deixando pouca margem de manobra aos canais de distribuição.

Em contradição com a política de preços altos adoptada nos mercados domésticos europeus, os produtores utilizaram os mercados de exportação ("overseas") para aí escoarem a baixo preço os seus excedentes de produção. Não se prevê no futuro próximo uma recuperação sustentada deste (des)equilíbrio "capacidade instalada vs. procura efectiva" prevendo-se assim o prolongamento do actual ciclo de recessão do sector produtivo dedicado aos papeis de impressão, nomeadamente no segmento de papéis revestidos.

Saliente-se que, contrariamente à opinião generalizada dos analistas que aguardam a ciclicidade estatística da retoma, a actual redução dos investimentos publicitários e dos trabalhos de impressão em geral não aparenta ser apenas conjuntural. Na realidade, para além da erosão notória em favor de "media" alternativos, o consumo de produtos papelreiros inclui, de forma expressiva, uma componente estrutural que resulta dos movimentos empresariais de concentração, à escala global, de que resultam, por sua vez, menos produtos a publicitar e menor concorrência a competir. Estes movimentos, a que se juntam as estratégias de racionalização e contenção de custos, contribuem para o estabelecimento de novos patamares - mais baixos - de investimento publicitário e do consequente consumo de papel. A eventual reconstrução desta nova base de investimento até aos valores absolutos anteriores ao colapso da "nova economia" (ano 2000) não se afigura concretizável no curto prazo.



Da constatação desta realidade não poderão se não resultar novos modelos de negócio para os produtores, nomeadamente maior especialização de produções, menos e melhor segmentação dos respectivos canais de distribuição - reduzindo assim os riscos de diluição de valor que resulta naturalmente da desmultiplicação de canais de venda num ambiente de procura reduzida - e melhor repartição deste valor por toda a cadeia de fornecimento, até ao utilizador final. Por consequência, admitir-se-á como lógico que os produtores devam concretizar reduções significativas das capacidades industriais instaladas, em oposição ao modelo actual de manutenção forçada de capacidades excedentárias em que assenta a actual política de pouca flexibilidade de preços - onde obviamente se repercutem os custos das sobrecapacidades/ineficiências industriais, penalizantes para os canais de distribuição. Limitar-se-iam igualmente as práticas contraditórias de “escoamento” casuístico, sem critério aparente de rentabilidade.

A DISTRIBUIÇÃO PAPELEIRA

Num “remake” do ano anterior, a distribuição papelreira continuou espartilhada entre uma política pouco flexível de preços imposta pelos produtores e uma procura sem sinais de retoma e cada vez mais sugestionada - pela desmultiplicação de canais alternativos de distribuição promovida pelos produtores, e pelas próprias vendas directas de fábrica -

para a negociação de “preço”, em detrimento da escolha de “qualidade”.

Estatisticamente, o volume de negócios da distribuição papelreira europeia caiu pelo segundo ano consecutivo, facto sem precedentes na história do sector. Segundo os dados da Eugropa (Associação Europeia dos Distribuidores de Papel), transaccionaram-se, em 2002, através deste canal, 9.8 milhões de toneladas, representando um decréscimo de aproximadamente 4% relativamente ao ano anterior, após uma queda semelhante em 2001 relativamente a 2000. No espaço de 2 anos registou-se assim uma quebra de volume de aproximadamente 700 mil toneladas, acompanhada de uma diminuição dos preços de venda.

Não surpreende pois que, no contexto acima descrito, a generalidade dos distribuidores papelreiros tenha conhecido em 2002 dificuldades sem precedente na história do sector.

Neste contexto e a exemplo dos produtores, ou por força deles, os distribuidores tem sido chamados hoje à reformulação dos seus modelos de negócio, reorganizando-os à escala regional refazendo de forma mais estruturada os seus “portfolios” de produtos e de forma mais selectiva as suas parcerias com fornecedores.

Sem sinais visíveis de recuperação, normalmente induzida pela conjuntura macro-económica, será necessário recorrer a estes novos modelos de negócio - produtores e distribuidores - para que o sector papelreiro possa finalmente reencontrar o caminho da rentabilidade sustentada e de remuneração adequada dos capitais investidos.

O GRUPO INAPA

O Grupo tem procurado antecipar os sinais que os indicadores económicos em geral e da indústria papelreira em particular, têm vindo a confirmar sucessivamente ao longo dos últimos anos: principalmente o desequilíbrio estrutural da capacidade industrial quando comparada com os sucessivos decréscimos da procura efectiva, e o efeito perverso dos novos canais de vendas, incluindo as vendas directas de fábrica, na qualidade das margens do negócio, sem evidente contrapartida nos volumes transaccionados. E, em conformidade, o Grupo tem vindo a ajustar adequadamente a sua estratégia à nova realidade competitiva, nomeadamente:

- > Articulando de forma selectiva o seu relacionamento com produtores locais e produtores globais,
- > Racionalizando o seu “portfolio” de produtos, conjugando marcas globais com ofertas locais, no respeito pelas preferências dos seus clientes,
- > Melhorando o “mix” de vendas, pelo incremento das vendas de armazém a um maior número de pequenos clientes,
- > Crescendo em produtos de valor acrescentado e desenvolvendo novas linhas de produtos,
- > Desenvolvendo uma política comercial de marcas próprias a par das marcas de fábrica,
- > Reformulando a infra-estrutura logística, racionalizando as várias plataformas existentes e explorando as oportunidades de logística transfronteiriça,

- > Optimizando sistematicamente o seu modelo organizativo, pela centralização racional de recursos de “backoffice”.

Destas concretizações, em 2002, salientamos:

- > Expansão da gama Inapa Tecno, cujas vendas representam hoje 20% das vendas do Grupo em formatos reduzidos, com planos para alargar essa cobertura a 40% no horizonte de 2 a 3 anos.
- > Alargamento da gama de papéis revestidos da marca própria Galaxi.
- > Arranque do novo armazém de Madrid, assegurando uma melhor cobertura do mercado espanhol a partir de um centro de racionalidade económica de apoio aos vários mercados regionais.
- > Arranque de uma nova plataforma logística, em “outsourcing”, na cidade francesa de Lyon, assegurando uma melhor cobertura das regiões centro e sul da França, bem como de apoio a vendas no mercado fronteiriço da Suíça.
- > Desenvolvimento de parcerias estratégicas com fornecedores, quer pela valia do seu posicionamento geográfico, quer pela relevância qualitativa da respectiva gama de produtos, quer ainda pelo suporte competitivo em mercados/produtos estratégicos.





> Concretização do projecto de reorganização das empresas do sub-Grupo Mafipa, em França, com a fusão das três entidades até aqui existentes numa única, re-denominada Inapa France.

> Reorganizações várias ao nível das infraestruturas em praticamente todas as nossas subsidiárias com vista à obtenção de ganhos de produtividade e redução de custos operacionais.

Os resultados desta acção foram já visíveis em 2002, tendo permitido compensar parcialmente as diminuições de vendas (em volume, valor e preços unitários) e consequente diminuição de margens brutas absolutas geradas, melhorando as margens unitárias por tonelada vendida.

Estes efeitos conjugados com a redução de encargos financeiros em cerca de 19.2 %, permitiu a recuperação de resultados de EUR 7.8 milhões negativos em 2001 para EUR 0.8 milhões positivos em 2002.

ENDIVIDAMENTO

Em 2002 o passivo remunerado bruto do Grupo INAPA passou de EUR 606 milhões para EUR 614 milhões. Este aumento de EUR 8 milhões ficou a dever-se a investimentos não recorrentes executados durante o ano, nomeadamente:

> Um novo armazém robotizado da IDISA em Leganés/Madrid no valor de EUR 13.8 milhões (em regime de leasing);

> Investimentos financeiros correspondentes a EUR 5.3 milhões.

Apesar da conjuntura económica desfavorável, a actividade corrente do Grupo induziu, tal como já tinha ocorrido em 2001, uma redução do passivo remunerado bruto.

O Grupo INAPA manteve a política de antecipação de pagamento a fornecedores apresentando actualmente um prazo médio de pagamento inferior a 30 dias, contra os 90 dias tradicionais nesta actividade. Esta política implica um esforço financeiro adicional em cerca de EUR 180 milhões, largamente compensada pelos descontos de pronto pagamento obtidos.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO REMUNERADO BRUTO

	2002	2001	2000
Passivo remunerado bruto	614.0	606.1	594.0
Variação passivo remunerado bruto	7.9	12.1	
Investimentos não recorrentes	19.0	38.3	
Decréscimo do passivo remunerado bruto (antes de investimentos não recorrentes)	(11.1)	(26.2)	

EUR milhões

PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE/ TRANSIÇÃO PARA OS IAS

O Grupo tem adoptado de forma coerente um conjunto de princípios contabilísticos que procuram reflectir da forma mais adequada a actividade de distribuição papeleira, e que são particularmente relevantes quando considerados no contexto internacional onde maioritariamente decorre a actividade da Inapa, em concorrência com outros distribuidores obrigados, ou não, a regras contabilísticas diversas.

Procurando corresponder às exigências de transparência hoje impostas pelos mercados de capitais, o Grupo poderá vir a proceder, a partir do próximo ano de 2004, à transição progressiva dos seus princípios contabilísticos para o futuro normativo IAS, apesar de presumidamente serem exigíveis apenas para o encerramento de contas do ano 2005. Salienta-se, aliás, que alguns destes princípios IAS estão, desde há anos, contemplados nos actuais princípios contabilísticos do Grupo.

Nesta transição poderão ser principalmente relevantes as mudanças de critério nas valorizações de “goodwill” e na contabilização de “marcas”.

No que respeita a “goodwill”, deverá ser realçado que, como resultado da fusão das várias empresas do Grupo em França, numa única denominada Inapa France (ex-Mafipa), foi necessário proceder à avaliação recente e independente da totalidade dos activos locais, de que resultou um acréscimo do respectivo

valor líquido de EUR 137.5 milhões. Este acréscimo justificaria, eventualmente, a correcção do “goodwill” resultante da aquisição em 1998 do Grupo Mafipa. Contudo, por coerência com os princípios contabilísticos do Grupo, e na expectativa das normas de transição para os IAS a adoptar num futuro próximo, foi decidido não dar relevo agora a esta reavaliação nas nossas contas.

No que respeita a “marcas”, reconhece o Grupo a possibilidade de vir a proceder à sua depreciação anual, correspondente à respectiva vida útil esperada – conceito que hoje não merece consenso ao nível dos vários organismos internacionais reguladores da matéria. A perenidade demonstrada das empresas que compõem o Grupo, a relevância das marcas para o negócio da distribuição papeleira, e os estudos de valorização das marcas que têm sido coerentemente efectuados ao longo dos últimos anos, apontam para uma vida útil das marcas Inapa significativamente longa que, embora de difícil determinação, será da ordem das dezenas de anos.

Para além destes, têm igualmente relevo os princípios de “equivalência patrimonial”, de que prestamos completa informação em nota anexa às contas, os “impostos diferidos”, que o Grupo passou a adoptar plenamente desde o presente exercício de 2002, bem com a informação adicional por segmentos de negócio também adoptada neste relatório.

Dada a previsível transição para os IAS num futuro próximo, procederá então o Grupo em conformidade com a norma – hoje ainda sob a



forma de “exposure draft” - “adopção dos IAS pela primeira vez”, fazendo nesse exercício as eventuais correcções aos valores de balanço que venham a revelar-se necessárias, e que hoje se estimam não virem a ser significativas. Por isso, no presente exercício, privilegiou-se sobretudo o princípio fundamental da coerência das regras contabilísticas até hoje adoptadas.

1. SÍNTESE DO EXERCÍCIO

Em síntese, o volume de vendas agregadas da distribuição situou-se em 945.873 toneladas de papel, num valor de EUR 1.084 milhões, dos quais apenas 6.2% em volume e 6.6% em valor se realizaram em Portugal.

Em termos comparativos a evolução das nossas vendas foi a seguinte:

	VENDAS CONSOLIDADAS			
	2002	2001	%	2000
Volume (ton)	945.9	984.9	(4.0)	1029.4
Valor (€ milhões)	1072.3	1157.7	(7.4)	1152.5

A diminuição das vendas, em volume e valor, reflecte a situação de mercado referida anteriormente. Releva-se, contudo, que pelos dados conhecidos da Eugropa, o Grupo Inapa manteve em 2002 as quotas de mercado nos países onde opera.

2. ACTIVIDADE DA INAPA

Investimentos, Participações e Gestão, SA

Durante o ano de 2002 a INAPA - IPG, SA, casa mãe do Grupo, continuou a sua actividade de coordenação e controlo das actividades das empresas associadas, acompanhando com regularidade os desenvolvimentos da gestão local. Procedeu-se à reorganização de algumas participações em empresas afiliadas, nomeadamente a aquisição pela Gestinapa de uma participação da Inapa France na Inapar, constituindo-se desta forma um perímetro único de consolidação fiscal em Portugal.

Também sob a coordenação da INAPA - IPG, SA se renegociaram em 2002 os financiamentos necessários às actividades correntes e de investimento do Grupo, de que se salienta uma operação de “leasing” para a construção do novo armazém de Madrid.

No final do ano encontravam-se também em negociação, para concretização durante o primeiro trimestre de 2003, duas operações, sendo uma referente à reestruturação do passivo bancário e outra respeitante à securitização de créditos, que totalizarão cerca de EUR 275 milhões.

Para além destas actividades operacionais, na INAPA - IPG, SA estudaram-se e analisaram-se de forma sistemática as oportunidades de desenvolvimento estratégico do Grupo, nomeadamente potenciais aquisições e parcerias que reforcem e consolidem a actual posição competitiva no mercado internacional.

O valor dos serviços prestados situou-se aproximadamente ao mesmo nível do ano anterior

	2002	2001	2000
Serviços Prestados	10.3	10.2	9.2
Resultados Operacionais	6.4	6.7	5.5
Resultados Financeiros	(0.8)	(1.0)	(2.7)
Resultados Líquidos depois de Impostos	2.9	5.2	4.6

EUR milhões

com EUR 10.3 milhões. O mesmo aconteceu com os resultados operacionais que foram de EUR 6.4 milhões. Os resultados líquidos depois de impostos situaram-se nos EUR 2.9 milhões, abaixo dos EUR 5.2 milhões verificados em 2001, reflectindo principalmente um acréscimo de perdas extraordinárias originadas pela correcção de valores previamente imobilizados em balanço (EUR 0.5 milhões) e a implementação pela primeira vez da contabilização de impostos diferidos, com impacto desfavorável nos resultados do ano no valor de EUR 1.5 milhões.

3. COMPORTAMENTO DO TÍTULO EM BOLSA

Pelo segundo ano consecutivo os mercados de capitais sofreram um forte revés, consequência da falta de confiança dos investidores e da desaceleração da maioria das economias internacionais o que, aliado aos escândalos financeiros e às incertezas político-militares, conduziram as Bolsas para quedas bastante acentuadas.

O mercado de capitais português não foi a excepção, em linha com a generalidade das praças internacionais, registando uma desvalorização do seu principal índice de mercado accionista, o PSI20 de 25.62%. O volume de

transacções sofreu igualmente uma substancial redução de aproximadamente 29%.

Todos estes factos contribuíram para que as nossas acções se tenham desvalorizado cerca de 19%, claramente melhor que o desempenho do mercado acima referido, tendo o volume de acções transaccionadas diminuído cerca de 49%, principalmente devido à reduzida dimensão do “floating” na actual conjuntura de recessão.

Dando continuidade ao objectivo de comunicar com os agentes de mercado de uma forma célere, eficaz, objectiva e atempada, foram estabelecidos e desenvolvidos com diversos tipos de agente nacionais e internacionais, contactos directos, apresentações conjuntas e visitas a empresas do Grupo. Paralelamente foram também realizadas as tradicionais apresentações de resultados, a publicação das contas anuais, semestrais e trimestrais, bem como a divulgação de inúmeras notas informativas com informação de carácter relevante para o desenvolvimento do negócio da companhia.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Apesar de franca melhoria, os resultados consolidados situaram-se ainda modestamente



nos EUR 811.6 milhões, claramente acima do desempenho do sector, cuja conjuntura não demonstra ainda sinais claros de inversão das tendências desfavoráveis que marcaram o ano de 2002.

Nestas circunstâncias, entende o Conselho não ser oportuno propor qualquer distribuição de dividendos pelo que, para o resultado líquido do exercício no valor de EUR 2.919.193,28, acrescidos de EUR 5.804.927,62 de resultados transitados, num montante total de EUR 8.724.120,9, propõe a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal:	€ 1.670.000,00
Para Reservas Livres:	€ 1.692.883,67
Para Resultados Transitados:	€ 5.361.237,23

5. ACTIVIDADE DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS



Comité Executivo

Patrice Bourgeois, João Manuel, Vasco Quevedo Pessanha (Presidente),
Casimiro Silva Santos e Arndt Klippgen

5.1. DISTRIBUIÇÃO DE PAPEL

No seu conjunto as empresas de distribuição venderam 946 mil toneladas, representando uma redução de volume de 4.0% relativamente ao ano anterior, em linha com a redução global de volume nos mercados Eugropa. Em termos de valor, a facturação consolidada do Grupo totalizou EUR 1.072 milhões, sensivelmente menos que os EUR 1.158 milhões registados em 2001, igualmente por razões de mercado.

Geograficamente as vendas em volume repartiram-se como segue:

	2002	2001	2000
Alemanha	48.3%	48.6%	50.3%
França	28.0%	29.8%	27.4%
Espanha	8.3%	6.2%	7.1%
Portugal	6.2%	5.9%	6.3%
Suíça	5.4%	5.3%	5.2%
Benelux	2.1%	2.4%	1.3%
Inglaterra	0.9%	1.0%	1.6%
Itália	0.8%	0.8%	0.8%

De uma forma geral mantiveram-se as posições relativas das várias afiliadas, correspondendo isso também à manutenção das posições competitivas (quotas de mercado) nos respectivos países. Salienta-se, contudo, a recuperação das vendas na Espanha, onde a afiliada Idisa reiniciou um percurso de recuperação de negócio - apesar da adversidade das condições competitivas - após a quebra ocorrida em 2001.

. MERCADO IBÉRICO

C. Silva Santos

Administrador Delegado



Embora representando apenas, no seu conjunto, 14.1% das vendas do Grupo, com aproximadamente 137 mil toneladas, o mercado ibérico constitui o núcleo original da actividade de distribuição papeleira do Grupo Inapa. Após sucessivas reorganizações, a presença em cada um dos países ibéricos assenta no conceito de entidade jurídica única sob a qual foram integradas as várias marcas comerciais locais, ainda hoje as faces visíveis do negócio nos respectivos mercados.

Portugal

No ano de 2002 o mercado da distribuição papeleira em Portugal manteve-se sensivelmente ao nível do ano anterior com um volume total de 123.5 mil toneladas. Aqui opera a SDP - Sociedade de Distribuição de Papel, empresa que agrega a totalidade do negócio de distribuição do Grupo e gere as várias marcas comerciais locais (Papéis Carreira, CPA, Fernandes Distribuição, Sacopel e Comercial 4) e as empresas de intervenção regional (Papéis Carreira Açores e Papéis Carreira Madeira).

As vendas da SDP em 2002 situaram-se nas 58.7 mil toneladas, sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior. A quota de mercado situou-se nos 47%, pouco abaixo dos 48% no final do ano anterior. A exemplo das restantes empresas do Grupo, a focalização no negócio de armazém permitiu uma melhoria na margem média por tonelada ao mesmo tempo que reduziu o risco de crédito inerente às vendas de fabricação. Este efeito favorável compensou parcialmente o efeito negativo da redução de volume.

No contexto económico difícil que caracterizou o ano de 2002, a prioridade da Empresa foi para a redução das estruturas de suporte administrativo, consolidação das estruturas de suporte comercial e redução generalizada dos custos de operação.

A nível da gama de produtos realça-se o lançamento pela SDP das especialidades de alto valor acrescentado do fornecedor AWA Fine, na sequência dos acordos globais feitos ao nível do Grupo para o conjunto das suas afiliadas. Também em 2002 se concretizou o arranque do “site” transaccional da SDP (www.papelonline.pt) disponibilizando para o mercado um espectro alargado de conteúdos de relevo profissional,





permitindo a realização “on-line” da totalidade das operações comerciais.

A exemplo dos restantes mercados europeus, as previsões para o ano de 2003 não se afiguram favoráveis. A recessão interna, potenciada pela deriva das principais economias europeias, deverá ter um impacto pronunciadamente negativo nos consumos de papel, muito provavelmente afectando a actividade da SDP. Neste enquadramento macroeconómico as prioridades da Empresa vão para a manutenção da quota de mercado no segmento dos papéis gráficos, reforço da posição nos papéis de escritório e no desenvolvimento das vendas “on-line”. No plano interno continuar-se-ão os programas de produtividade, nomeadamente com a automação da força de vendas, a implementação de “software” de CRM (Customer Relationship Management) e a reorganização selectiva dos recursos humanos.

Espanha

O volume do mercado de distribuição papeleira em Espanha, em 2002, situou-se nas 690 mil toneladas, sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior. O Grupo, está presente neste mercado desde 1984, por intermédio de um agente local da então fábrica Papéis Inapa, posteriormente reforçado com a aquisição dos distribuidores regionais Nortepapel, em 1986, e Papelera del Gayá, em 1991. Os vários interesses do Grupo, onde passaram a incluir-se o distribuidor Dical e uma participação de 25% na Surpapel, foram em 1999 concentrados sob a recém constituída “holding” Idisa - Inapa

Distribución Ibérica SA. Em 2002 concluiu-se o processo de fusão das várias empresas na “holding” Idisa, hoje a entidade única para os negócios do Grupo em Espanha.

Em 2002 a Idisa vendeu 70.2 mil toneladas, correspondentes a uma quota de mercado de aproximadamente 10%. Relativamente ao ano anterior de 2001, as vendas cresceram aproximadamente 20.4%, principalmente como resultado de novos alinhamentos estratégicos com fornecedores e negociação mais favorável de condições de aprovisionamento.

Na sequência das novas parcerias com fornecedores procedeu-se à completa reorganização do “portfolio” de produtos, nomeadamente no que respeita a papéis especiais de alto valor acrescentado - colecções AWA Fine e Tullis Russel - papéis revestidos - marcas Europap e Magno - e papéis de escritório, com o desenvolvimento das vendas da marca Inapa Tecno. Em 2002 foi também inaugurado o novo armazém de Leganés, com uma capacidade de armazenagem de 15.000 toneladas, permitindo uma melhor cobertura da zona de Madrid e a reformulação da rede logística regional.

Apesar das perspectivas pouco animadoras da economia para 2003, a profunda transformação da Empresa, implementada ao longo de 2002, abrangendo todos os aspectos críticos do negócio - fornecedores, produtos, marcas e logística - indiciam uma recuperação significativa da respectiva rentabilidade, convergindo previsivelmente para os níveis médios de desempenho das restantes empresas do Grupo.

. INAPA NA EUROPA

Inapa France

Patrice Bourgeois

Administrador Delegado



Com 1.3 milhões de toneladas anuais, o mercado francês de distribuição papeleira é o terceiro mais importante da Europa, após a Alemanha - 3.1 milhões de toneladas - e a Inglaterra - 1.8 milhões de toneladas. Equidistante entre o pólo papeleiro ibérico e o pólo escandinavo, o mercado francês - também alicerçado numa indústria papeleira local de especialidades - tem mantido padrões de qualidade e rentabilidade acima da média europeia.

Com a aquisição da Mafipa, em 1998, o Grupo adquiriu, e tem mantido, uma posição relevante em França onde detém uma quota de mercado de aproximadamente 20%.

Através da Mafipa o Grupo está igualmente presente nos países francófonos vizinhos Bélgica, Luxemburgo e Suíça, mercados que no seu conjunto representam aproximadamente 700 mil toneladas ano.

No final do ano transacto, e culminando um processo de reorganização das actividades do Grupo em França, as afiliadas do universo Mafipa foram redenominadas respectivamente Inapa France, Inapa Belgium, Inapa Luxemburg e

Inapa Suisse, reforçando-se assim a identidade institucional do Grupo Inapa naqueles países.

França

O comportamento do mercado francês em 2002 foi claramente depressivo, com uma quebra do volume total de aproximadamente 8%, particularmente agravado no negócio de “indent” com uma redução de 11%. O volume de vendas de armazém caiu aproximadamente 4% reflectindo uma menor vulnerabilidade desta linha de negócio às condicionantes da presente conjuntura económica.

Neste contexto de mercado, as vendas da Inapa France caíram, em volume, aproximadamente 10%, situando-se a quota de mercado em 2002 nos 20.7%, sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior. A melhoria do “mix” de vendas, o acréscimo de vendas de produtos de valor acrescentado e a melhoria das condições de compra negociadas com os principais fornecedores permitiu à Empresa um acréscimo de 14.8% na margem média por tonelada, e assim compensar substancialmente a referida perda de volume. Como parte deste processo de melhoria qualitativa das margens de negócio, procedeu-se à





racionalização do “porfolio” de produtos nomeadamente no segmento de papéis revestidos e autocopiativos. Simultâneamente procedeu-se ao lançamento em França da marca própria de papéis revestidos “Galaxi”, concebida e já anteriormente comercializada na Alemanha e hoje peça fundamental da estratégia de marcas do Grupo, à semelhança da Marca “Inapa Tecno” nos papéis de escritório.

Ao nível da organização, procedeu-se à fusão da quatro entidades até aqui existentes em França numa única designada Inapa France, tendo-se, contudo, mantido as marcas comerciais anteriormente reconhecidas pelo mercado, i.e. Navarre, Grifo e Oridis.

No plano logístico, inaugurou-se a plataforma logística de Lyon, com uma capacidade de armazenagem de 4.000 toneladas, com o objectivo de melhor responder às solicitações de mercado local, e aproveitamento das oportunidades transfronteiriças de negócio na Suíça. Anteriormente, a Empresa dispunha de três armazéns (dois na região de Paris: Corbeil, com uma capacidade de 15.000 toneladas, e Saint-Ouen l’Aumône com uma capacidade de 8.000 toneladas; e Toulouse, com uma capacidade de 3.000 toneladas).

As perspectivas económicas para o ano de 2003 não se afiguram favoráveis - presente-mente agravadas pelas incertezas geo-políticas. Neste contexto, as medidas de redução de custos e a reformulação do modelo de negócio concretizadas em 2002 contribuirão muito favoravelmente para a confirmação da Inapa France como distribuidor papelero de referência no mercado francês.

BeLux



Os mercados conjuntos da Bélgica e Luxemburgo representam um volume anual de aproximadamente 366 mil toneladas. A exemplo dos restantes mercados europeus, em 2002 registou-se uma queda de volume, que no caso do BeLux se situou nos 4%.

A presença do Grupo na Bélgica é feita através da afiliada Buropapier, adquirida pela Inapa France em 2000 depois de uma actividade comercial própria desde 1976. Para além da distribuição papelera tradicional, a Buropapier possui igualmente uma oferta global de produtos de escritório dirigida essencialmente ao universo das pequenas e médias empresas. O volume anual de vendas da Buropapier situa-se aproximadamente nas 19 mil toneladas.

No Luxemburgo, o Grupo está presente através da afiliada Papyrus, empresa constituída em 1923 por um grupo de impressores locais e subsequentemente adquirida pela Inapa France (ex-Navarre) em 1989. O volume anual situa-se sensivelmente nas 1.000 toneladas.

No seu conjunto, as duas empresas representam uma quota de mercado de aproximadamente 5.5%.

Durante o ano transacto de 2002 procedeu-se à integração destas empresas, constituindo-se a Papyrus como afiliada detida a 100% pela Buropapier. Esta integração permitiu a racionalização de recursos administrativos, a harmonização da gama de produtos e a optimização da infraestrutura logística existente.

As vendas conjuntas em 2002 situaram-se nas 19.7 mil toneladas, representando um quebra de 17% relativamente ao volume vendido em 2001. Esta significativa redução deve-se ao impacto cumulativo da quebra do mercado e dos efeitos induzidos pela reorganização interna, acrescidos de um maior rigor na concessão de créditos.

Perante as perspectivas de estagnação económica para 2003, a Empresa concentrar-se-á principalmente na optimização do modelo de custos, no desenvolvimento de sinergias com a Inapa France e no alargamento da gama de produtos de escritório.

Suíça

Com um volume total de negócios de distribuição papleira de 333.3 mil toneladas em 2002, a Suíça situou-se ao mesmo nível do ano anterior, contrariando assim a tendência de quebra registada na generalidade dos restantes países europeus.

O Grupo está aí presente através da afiliada Biber Rochat, constituída em 1964 no universo do produtor local Papeterie de Biberist e posteriormente adquirida pela Inapa France, em 1995. Distribuidor de referência no mercado suíço, em papéis gráficos e papéis de escritório, a Empresa opera na totalidade do território suíço onde detém uma quota de mercado de aproximadamente 15%.

As vendas da Biber em 2002 situaram-se nas 51.1 mil toneladas, sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior. Em papéis de escritório a Empresa registou um crescimento de 13%, claramente acima do crescimento médio do mercado, neste segmento, que se situou em apenas 3%. Nesta mudança qualitativa, que compensou a quebra de volume em papéis gráficos, tem especial relevo o crescimento da marca Inapa Tecno que representou, em 2002, 17% das vendas totais deste segmento.

A exemplo das restantes empresas do Grupo, a prioridade em 2003 vai para o reforço das vendas de armazém e para melhoria do “mix” de produtos de alto valor acrescentado – nomeadamente a gama AWA Fine.

Papier Union

Arndt Klippgen

Administrador Delegado



Correspondendo à importância da economia alemã, o mercado papleiro alemão constitui o maior mercado papleiro europeu. Segundo os dados da Eugropa, o volume anual de negócios transaccionado pela distribuição papleira alemã situa-se aproximadamente nas 3.1 milhões de toneladas, correspondendo a mais de 30% do total da distribuição papleira europeia. Dada a dimensão e o posicionamento



geográfico do país, para aí confluem naturalmente as produções papeleiras dos principais produtores escandinavos e, mais recentemente, também as crescentes exportações oriundas das economias emergentes de leste.

O Grupo estabeleceu-se no mercado alemão no ano 2000, com a aquisição da Papier Union (PU), empresa que resultara da fusão, em 1988, de vários distribuidores regionais alemães, alguns com tradição e renome secular na actividade de distribuição papeleira.

Presente nos vários mercados regionais, a PU é reconhecidamente um nome respeitado na indústria papeleira pela qualidade do serviço prestado aos seus clientes, pelos produtos papeleiros que distribui e pela notoriedade das suas marcas.

Sediada em Hamburgo, a cobertura geográfica do mercado alemão é assegurada por uma logística própria, assente numa rede de armazéns e plataformas logísticas estrategicamente localizadas que asseguram a resposta imediata às solicitações dos clientes.

O volume do negócio de distribuição papeleira na Alemanha caiu em 2002 para 3.1 milhões de toneladas, representando uma redução aproximada de 4% relativamente ao ano anterior.

A ausência de reformas económicas estruturais tem agravado o clima de falta de confiança

empresarial e retardado de forma significativa a retoma do crescimento.

Este clima de incerteza, com reflexos directos nas actividades promocionais e nos investimentos publicitários, tem afectado o consumo de papel, nomeadamente os papéis gráficos para impressão e escrita.

As vendas da PU registaram um decréscimo de 4.6% em 2002, em sintonia com a queda global do mercado alemão. O crescimento das vendas de papéis de escritório, contudo, excedeu a média do mercado. A quota de mercado manteve-se estável nos 14.6%.

Durante o ano a Empresa procedeu à reestruturação parcial do seu “portfolio” de produtos, nomeadamente no que respeita a papéis revestidos, com o desenvolvimento da gama Galaxi, hoje já uma referência de qualidade neste segmento de papéis.

De forma semelhante, no segmento de papéis de escritório, a PU concluiu em 2002 a transição da marca própria local “Kompass” para a marca “Inapa Tecno”, comum ao conjunto das empresas do Grupo Inapa.

Não se perspectivam sinais de retoma da economia alemã no futuro a curto prazo, condicionando assim o desenvolvimento da PU durante o ano de 2003. Neste cenário de recessão, os elevados padrões de serviço da Empresa, a posição de mercado de que disfruta e os programas correntes de melhoria comercial e operacional são mais valias que ajudarão a PU a demarcar-se pela positiva no quadro concorrencial do mercado alemão.

Itália

A actividade do Grupo na Itália, através da afiliação Lucchetti Decart, tem uma expressão reduzida, com 7.7 mil toneladas, uma ligeira progressão face às 7.5 mil toneladas vendidas em 2001. Num mercado dominado pelos produtores integrados locais, a Empresa conseguiu ainda assim um comportamento superior ao mercado italiano, que caiu, pelo segundo ano consecutivo, 5%.

5.2. OUTRAS ACTIVIDADES

A INAVESTE engloba as participações em negócios não especificamente ligadas à distribuição de papel, nomeadamente na Medialivros - Actividades Editoriais, SA e na Inaveste - Mediação de Seguros, SA.

Os resultados líquidos negativos reflectem exclusivamente custos associados com parte dos financiamentos bancários do Grupo aqui sediados e situaram-se em EUR 1.2 milhões, ao nível do valor registado no ano anterior.

No exercício de 2002 a Medialivros concretizou 21 projectos editoriais, dos quais 13 constituíram lançamentos originais, 4 re-edições e 4 projectos especiais. A facturação da Empresa em 2002 foi

de EUR 1.8 milhões, largamente acima do valor verificado no ano anterior de EUR 1.5 milhões, i.e. um acréscimo de aproximadamente 20%.

O Grupo Papelaria Fernandes (GPF), onde a Inapa detém uma participação próxima dos 20%, facturou aproximadamente EUR 60 milhões, representando um crescimento de 20% relativamente ao ano anterior.

O GPF concretizou em 2002 o acordo de “master-franchising” para Portugal, Angola e Moçambique da marca “Office 1 Superstore”, cadeia de lojas de material de escritório essencialmente destinada às PME's, incluindo um serviço multifuncional de cópias simples e grande formato, envelopagem, duplicação de CDs e outros trabalhos complementares de economato. No âmbito deste acordo foram abertas duas lojas em Lisboa, com planos para a abertura em 2003 de uma terceira loja na cidade do Porto. Iniciar-se-á também em 2003 a fase de estabelecimento de “sub-franchises” no território nacional a que se seguirá a expansão para os países de Angola e Moçambique. Expandiu-se o negócio de “gestão de economato” customizado para grandes clientes, incluindo a gestão dos próprios inventários e a distribuição capilar segundo as necessidades dos utilizadores.

6. CONTAS CONSOLIDADAS

As vendas líquidas consolidadas situaram-se nos EUR 1.072 milhões, aproximadamente 7.4% abaixo das vendas registadas em 2001. Esta quebra deve-se ao efeito combinado do menor





volume, 937.7 mil toneladas em 2002 vs. 978.6 mil toneladas em 2001, e à deterioração do nível de preços no mercado, EUR 1.144 por tonelada em 2002 vs. 1.183 por tonelada em 2001. Apesar da quebra no volume e valor das vendas, que arrastaram uma redução na margem bruta de EUR 5.9 milhões, i.e. menos 3.4%, os resultados operacionais (EBIT) de EUR 11.3 milhões evidenciam um aumento de EUR 1.0 milhões relativamente ao ano anterior, i.e. 9.9%, devido principalmente à melhoria do “mix” de vendas, às condições de compra negociadas com fornecedores e ao impacto positivo das várias acções de reestruturação – traduzidas numa redução de custos operacionais de EUR 6.1 milhões. As sucessivas reduções na taxa de juro de referência (EURIBOR) resultaram numa diminuição significativa dos encargos financeiros do Grupo que se

situaram em 2002 em EUR 25.0 milhões, bastante abaixo dos EUR 31.0 milhões suportados em 2001. O conjunto das melhorias alcançadas ao nível do EBIT acima referidas, acrescidas pela redução dos encargos financeiros do ano, e a implementação pela primeira vez da contabilização de impostos diferidos, resultou na melhoria dos resultados líquidos que se situaram nos EUR 0.8 milhões. Ainda que modestamente positivos, o resultado gerado evidencia uma significativa recuperação dos prejuízos verificados no ano anterior (EUR 7.8 milhões). Adiante se apresenta um resumo dos resultados consolidados, na óptica dos princípios internacionais – por razões de comparabilidade com outros grupos distribuidores papéis e multinacionais e não numa lógica de classificação POC como reflectido nas contas anexas.

	Consolidado				Varição
	Dezembro de 2002		Dezembro de 2001		R ₀₂ /R ₀₁ (%)
	Valor	% Vendas líquidas	Valor	% Vendas líquidas	
Toneladas	937.679		978.610		(4.2)
Vendas Líquidas	1.072.329,6	100	1.157.672,4	100	(7.4)
Custo das Vendas	(902.926,7)	(84.2)	(982.338,4)	(85.0)	(8.1)
Margem Bruta	169.402,9	15.8	175.334,0	15.0	(3.4)
Custos Operacionais	(156.905,1)	(14.6)	(160.911,6)	(13.8)	(2.5)
Outros Proveitos Operacionais	23.042,4	2.1	19.134,4	1.8	20.4
Descont. de Pronto Pag. (Líquidos)	12.682,4	1.2	13.084,5	1.1	(3.1)
Provisões	(6.308,0)	(0.6)	(5.553,4)	(0.5)	13.6
EBITDA	41.914,6	3.9	41.088,0	3.6	2.0
Amortização do Exercício	(11.616,7)	(1.1)	(12.936,3)	(1.1)	(10.2)
EBITA	30.297,9	2.8	28.151,6	2.5	7.6
Amortização do GOODWILL	(4.047,7)	(0.4)	(4.040,1)	(0.3)	0.2
Resultados Operacionais - EBIT	26.250,2	2.4	24.111,5	2.2	8.9
Função Financeira	(25.045,4)	(2.3)	(31.012,6)	(2.8)	(19.2)
Res. da Act. Corrente antes de Imp.	1.204,8	0.1	(6.901,1)	(0.6)	(117.5)
Provisão para Impostos	(2.152,3)	(0.3)	(282,1)	(0.0)	663.0
Interesses Minoritários no Resultado	(180,3)	0.0	(182,7)	(0.0)	(1.4)
Resultado da Actividade Corrente	(1.127,7)	(0.2)	(7.365,9)	(0.6)	(84.7)
Res. Extraord. Mais / (Menos) valias	1.939,3	0.2	(434,5)	(0.0)	(546.3)
Resultado Líquido do Exercício	811,6	0.0	(7.800,4)	(0.7)	(110.4)

EUR milhares

A estrutura evolutiva das origens de fundos foi a seguinte:

	2002	2001	2000
Capitais Próprios	123.2	150.9	161.5
Capitais Permanentes	577	552.1	504.1
Interesses Minoritários	1.7	2.2	2.2
Passivo Remunerado Líquido	529.8	429.2	428.2

EUR milhões

A redução dos Capitais Próprios reflecte principalmente a correcção efectuada à carteira de investimentos financeiros, segundo o princípio “mark-to-market”, EUR 23.03 milhões, e o ajuste de responsabilidades retroactivas por complementos de reforma, EUR 1.7 milhões, parcialmente compensada pelo resultado positivo do ano, EUR 0.8 milhões. O aumento dos Capitais Permanentes é devido principalmente à revogação vantajosa de contratos de “factoring”, anteriormente não reflectidos em balanço (EUR 71 milhões), em antecipação de uma operação de securitização em fase de últimação, acrescida de investimentos efectuados, nomeadamente os de natureza financeira que

registam um acréscimo de EUR 5.3 milhões.

Os rácios evidenciam pela positiva o melhor desempenho operacional e a redução dos encargos financeiros, EBITDA/Função Financeira, que evoluiu de 1.3 para 1.7 e Função Financeira/Vendas (%), que melhorou de 2.7 para 2.3 e, em sentido oposto, a deterioração dos rácios de Capitais Próprios, reflectindo as correcções de valor de alguns activos e responsabilidades retroactivas já anteriormente referidas.

7. PERSPECTIVAS FUTURAS

O ano de 2003 iniciou-se após um período de 30 meses em que os consumos de papel gráfico não só não têm acusado crescimento, como se têm reduzido.

A recuperação do sector papelheiro (ao nível industrial e ao nível da distribuição), só será efectiva com a estabilização e posterior retoma do crescimento económico. Como factor agravante em certas famílias de produtos, com especial relevância no consumo, nomeadamente o papel revestido, as sobrecapacidades produtivas existentes a que já nos referimos no início deste relatório, continuarão a

	2002	2001	2000
Vendas Líquidas/Passivo Remunerado Líquido	2.0	2.7	2.7
Passivo Remunerado Líquido/Capitais Próprios	4.3	2.8	2.7
Capitais Próprios/Passivo Remunerado Líquido (%)	23.3	35.2	37.7
EBITDA/Função Financeira	1.7	1.3	2.4
Função Financeira/Vendas (%)	2.3	2.7	1.9



ter nos próximos anos um efeito desfavorável nos preços, não se prevendo num futuro próximo uma recuperação sustentada deste desequilíbrio.

Em termos de recuperação económica é hoje consensual que a crise generalizada não verá o seu fim no ano corrente, não podendo assim contar-se com aquele estímulo ao desenvolvimento das nossas actividades.

Ao nível interno e como já referido, o Grupo tem desenvolvido e concretizado todo um conjunto de reestruturações tendente a ganhar flexibilidade e a adaptar a situação dos custos operacionais à realidade prevalecente no mercado. Ainda assim, se do ponto de vista interno e operacional o Grupo tem vindo sistematicamente a adaptar-se às condições externas adversas, os efeitos positivos das medidas adoptadas, só aparecerão visíveis quando se verificar a alteração favorável da conjuntura económica.

Se, no final de 2002 e para os planos de actividade para 2003, víamos o novo ano com um muito moderado optimismo, traduzido em algum aumento de actividade e rentabilidade melhorada, as realidades neste início de ano, não parecem confirmar as nossas previsões dado o nível de estagnação/declínio das principais economias europeias onde se desenvolvem mais de 80% das nossas vendas.

Torna-se assim particularmente difícil projectar o que poderá ser o exercício de 2003 na sua integralidade, remetendo-se a nossa prioridade à intensificação dos programas de acréscimo de produtividade e diminuição de custos e à exploração contínua das oportunidades de negócios

em segmentos de maior valor acrescentado e menor risco.

Esta estratégia, cujo resultado positivo o ano de 2002 demonstrou, deverá permitir ao Grupo uma maior capacidade de resistência à crise cujo tempo de duração é, neste momento, indeterminado.

8. AGRADECIMENTOS

Em mais um ano de dificuldades particularmente atípicas neste negócio, os nossos agradecimentos vão para todos os que, pelo seu empenho e disponibilidade, ajudaram a ultrapassar os obstáculos da conjuntura recente, colaborando simultaneamente para a construção de um modelo de negócio mais apto aos desafios futuros e nos apoiaram no decorrer do ano:

- > os nossos colaboradores;
- > as instituições de crédito que em nós têm depositado confiança e nos têm apoiado;
- > o Conselho Fiscal pela sua permanente colaboração e ajuda;
- > todos os nossos accionistas pela confiança que têm depositado na nossa actuação.

Lisboa, 25 de Março de 2003

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha - Presidente

José Eugénio Soares Vinagre

Carlos Eugénio Magalhães Corrêa da Silva

Henrique Abílio Paulo Fernandes

Casimiro Bento da Silva Santos

Salvador Maria Guimarães José de Mello

João Gonçalves da Silveira

João da Costa Manuel

Jorge Armindo de Carvalho Teixeira - em representação
da Portucel, SGPS, SA



BALANÇO CONSOLIDADO >

ATIVO	2002		2001	
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO:				
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação	12.159,72	9.750,77	2.408,95	2.157,13
Despesas de investigação e desenvolvimento	504,38	333,85	170,53	94,27
Propriedade industrial e outros direitos	160.160,65	5.450,82	154.709,83	156.294,30
Trespases	12.621,28	1.953,51	10.667,77	11.291,55
Imobilizações em curso	253,35		253,35	416,89
Diferenças de consolidação	215.900,20	72.376,40	143.523,80	147.571,47
	401.599,58	89.865,35	311.734,23	317.825,61
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	23.706,10		23.706,10	24.066,28
Edifícios e outras construções	110.746,05	23.239,30	87.506,75	80.811,70
Equipamento básico	11.125,71	6.301,56	4.824,15	2.513,92
Equipamento de transporte	15.950,09	12.982,34	2.967,75	3.641,19
Ferramentas e utensílios	19.845,80	13.207,34	6.638,46	7.478,13
Equipamento administrativo	16.783,09	14.364,78	2.418,31	4.298,88
Taras e vasilhame	83,09	16,77	66,32	2,56
Outras imobilizações corpóreas	509,54	341,31	168,23	70,78
Imobilizações em curso	1.590,16		1.590,16	2.072,76
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00		0,00	256,22
	200.339,63	70.453,40	129.886,23	125.212,42
Investimentos Financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	635,96	635,96	0,00	182,23
Partes de capital em empresas associadas	1.023,40	74,57	948,83	977,91
Títulos e outras aplicações financeiras	50.760,05	23.038,68	27.721,37	50.541,06
Outros empréstimos concedidos	2.185,57		2.185,57	0,00
Imobilizações em curso	201,78		201,78	201,78
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	60,00		60,00	0,00
	54.866,76	23.749,21	31.117,55	51.902,98
CIRCULANTE:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	73,00		73,00	73,11
Produtos e trabalhos em curso	39,25		39,25	45,49
Produtos acabados e intermédios	875,12		875,12	1.008,72
Mercadorias	79.947,59	473,39	79.474,20	85.692,92
	80.934,96	473,39	80.461,57	86.820,24
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Outros devedores	6.698,04	804,00	5.894,04	8.358,10
	6.698,04	804,00	5.894,04	8.358,10
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes, c/c	118.696,40		118.696,40	112.079,76
Clientes - Títulos a receber	11.751,76		11.751,76	10.463,88
Clientes de cobrança duvidosa	17.050,61	16.518,78	531,83	1.066,85
Empresas participadas e participantes	0,00		0,00	0,26
Adiantamentos a fornecedores	498,80		498,80	511,27
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,43		0,43	0,00
Estado e outros entes públicos	6.691,50		6.691,50	7.766,13
Outros devedores	72.729,29		72.729,29	27.534,39
	227.418,79	16.518,78	210.900,01	159.422,54
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis	17.520,58		17.520,58	14.461,08
	17.520,58		17.520,58	14.461,08
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	6.593,21		6.593,21	11.875,03
Caixa	202,43		202,43	1.210,36
	6.795,64		6.795,64	13.085,39
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	9.916,97		9.916,97	12.942,28
Custos diferidos	34.550,33		34.550,33	6.795,26
	44.467,30		44.467,30	19.737,54
TOTAL DO ACTIVO	1.040.641,28	201.864,13	838.777,15	796.825,90

em 31 de Dezembro de 2002

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2002	2001
CAPITAL PRÓPRIO:		
Capital	150.000,00	150.000,00
Acções próprias-Valor nominal	(13.624,26)	(14.685,53)
Acções próprias-Descontos e prémios	(4.181,80)	(4.820,46)
Prémios de emissão de acções	14.963,94	14.963,94
Diferenças de consolidação	3.596,87	3.604,29
Reservas de reavaliação	24.939,89	24.939,89
Ajustamentos de conversão	1.900,12	3.080,48
Ajustamentos de investimentos financeiros	(23.034,67)	
Reservas:		
Reservas legais	9.110,86	8.810,14
Outras reservas	(17.409,82)	(14.565,17)
Resultados transitados	(23.880,66)	(12.580,48)
	122.380,47	158.747,10
Resultado líquido do exercício	811,59	(7.800,41)
Dividendos antecipados	0,00	0,00
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	123.192,06	150.946,69
Interesses minoritários	1.764,33	2.200,87
PASSIVO:		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para pensões	0,00	0,00
Outras provisões para riscos e encargos	7.590,79	10.844,59
	7.590,79	10.844,59
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	317.140,16	303.023,58
Outros empréstimos obtidos	121.012,39	91.012,14
Fornecedores de imobilizado, c/c	13.888,10	4.940,10
	452.040,65	398.975,82
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	125.229,86	112.766,56
Fornecedores, c/c	53.197,26	63.865,08
Fornecedores - Títulos a pagar	1.485,26	2.644,80
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	4.627,32	9.788,17
Outros accionistas (sócios)	932,90	933,30
Adiantamentos de clientes	2.296,51	1.407,54
Outros empréstimos obtidos	12,39	24,79
Fornecedores de imobilizado, c/c	1.789,37	1.345,44
Estado e outros entes públicos	18.424,51	18.947,12
Outros credores	4.709,55	2.126,51
	212.704,93	213.849,31
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	18.671,43	19.762,52
Proveitos diferidos	22.812,96	246,09
	41.484,39	20.008,61
TOTAL DO PASSIVO	713.820,76	643.678,34
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO DOS INT. MIN. E DO PASSIVO	838.777,15	796.825,90

Valores expressos em milhares de euros

O Director Financeiro (Técnico Oficial de Contas)
Alberto Coutinho Barata Salgueiro

O Presidente do Conselho de Administração
Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS >

em 31 de Dezembro de 2002

	EXERCÍCIOS	
	2002	2001
CUSTOS E PERDAS		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
Mercadorias	902.926,72	982.338,41
Fornecimentos e serviços externos	68.686,99	70.235,95
Custos com o pessoal:		
Remunerações	60.851,83	62.409,14
Encargos sociais:		
Pensões	2.268,87	2.315,29
Outros	14.980,61	17.403,14
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	15.664,36	16.976,43
Provisões	6.308,00	5.553,41
Impostos	4.116,48	4.241,41
Outros custos e perdas operacionais	502,84	955,64
(A)	1.076.306,70	1.162.428,82
Juros e custos similares:		
Outros	39.593,95	47.324,82
(C)	1.115.900,65	1.209.753,64
Custos e perdas extraordinários	8.877,40	3.915,88
(E)	1.124.778,05	1.213.669,52
Imposto sobre o rendimento do exercício	2.152,32	282,06
(G)	1.126.930,37	1.213.951,58
Interesses minoritários	180,25	182,74
Resultado consolidado líquido do exercício	811,59	(7.800,41)
	1.127.922,21	1.206.333,91
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas:		
Mercadorias	1.070.525,15	1.156.155,02
Produtos	1.804,46	1.517,36
Prestações de serviços	1.952,71	1.955,47
Variação da produção	(132,97)	352,08
Proveitos suplementares	8.526,12	8.337,11
Outros proveitos e ganhos operacionais	4.918,64	4.384,41
(B)	1.087.594,11	1.172.701,45
Proveitos e ganhos financeiros:		
Outros	27.230,99	29.396,78
(D)	1.114.825,10	1.202.098,23
Proveitos e ganhos extraordinários	13.097,11	4.235,68
(F)	1.127.922,21	1.206.333,91
RESUMO		
Resultados operacionais: (B) - (A) =	11.287,41	10.272,63
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	(12.362,96)	(17.928,04)
Resultados correntes: (D) - (C) =	(1.075,55)	(7.655,41)
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =	3.144,16	(7.335,61)
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F) - (G) =	991,84	(7.617,67)

Valores expressos em milhares de Euros

O Director Financeiro (Técnico Oficial de Contas)
Alberto Coutinho Barata Salgueiro

O Presidente do Conselho de Administração
Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA > DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

em 31 de Dezembro de 2002

	EXERCÍCIOS	
	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	1.074.282,32	1.159.627,85
Custo das vendas e das prestações de serviços	(907.465,17)	(988.084,40)
Resultados Brutos	166.817,15	171.543,45
Outros proveitos e ganhos operacionais	52.490,83	47.675,61
Custos de distribuição	(58.579,83)	(51.761,67)
Custos administrativos	(84.453,59)	(98.359,98)
Outros custos e perdas operacionais	(48.076,97)	(36.569,61)
Resultados operacionais	28.197,59	32.527,80
Custo líquido de financiamento	(25.053,43)	(31.828,40)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	0,00	(3.410,42)
Ganhos (perdas) em outros investimentos	0,00	(4.658,01)
Resultados não usuais ou não frequentes	0,00	(0,04)
Resultados correntes	3.144,16	(7.369,07)
Impostos sobre os resultados correntes	(2.152,32)	(457,44)
Resultados correntes após impostos	991,84	(7.826,51)
Resultados extraordinários	0,00	209,66
Impostos sobre os resultados extraordinários	0,00	(0,82)
Interesses minoritários	180,25	182,74
Resultados líquidos	811,59	(7.800,41)
Resultados por acção (a)	0,00003	(0,00026)
(a) N.º de acções: 30 000 000		

Valores expressos em milhares de euros

O Director Financeiro (Técnico Oficial de Contas)
Alberto Coutinho Barata Salgueiro

O Presidente do Conselho de Administração
Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS >

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002

		2002	2001
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.097.834,67	1.218.294,03
Pagamentos a fornecedores		(979.970,78)	(1.036.465,96)
Pagamentos ao pessoal		(79.927,76)	(70.442,80)
Fluxos gerados pelas operações		37.936,13	111.385,27
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(13.406,16)	(11.405,87)
Recebimento do imposto sobre o rendimento		448,19	3.461,30
Outros recebimentos relativos à actividade operacional		38.057,80	10.143,99
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(104.255,67)	(60.062,09)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(41.219,71)	53.522,60
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		1.697,77	1.132,23
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(331,89)	(131,01)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	 1 	(39.853,83)	54.523,82
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		3.177,03	32.480,73
Imobilizações corpóreas		1.240,96	369,80
Imobilizações incorpóreas		0,00	1,98
Juros e proveitos similares		3.834,01	2.353,96
Adiantamentos para despesas de conta de terceiros		45,00	1.198,13
		8.297,00	36.404,60
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(2.985,21)	(39.556,26)
Imobilizações corpóreas		(4.156,10)	(6.209,58)
Imobilizações incorpóreas		(165,19)	(1.928,64)
Empréstimos concedidos		(3.982,98)	0,00
Adiantamentos para despesas de conta de terceiros		(167,51)	(2.483,71)
		(11.456,99)	(50.178,19)
Fluxos de caixa das actividades de investimento	 2 	(3.159,99)	(13.773,59)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		62.996,64	372.480,99
Aplicações de tesouraria		2.042,45	873,88
		65.039,09	373.354,87
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(13.612,92)	(317.999,54)
Amortizações de contratos de locação financeira		(1.146,95)	(257,45)
Juros e custos similares		(20.266,98)	(36.621,95)
Dividendos		(225,85)	(1.810,70)
Aplicações de tesouraria		(2.391,52)	(1.554,42)
		(37.644,22)	(358.244,06)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	 3 	27.394,87	15.110,81
Variação de caixa e seus equivalentes	 4 = 1 + 2 + 3 	(15.618,95)	55.861,04
Efeito das diferenças de câmbio		(74,60)	(76,55)
		(15.693,55)	55.784,49
Caixa e seus equivalentes no início do período		(85.220,09)	(141.004,58)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		(100.913,64)	(85.220,09)
		15.693,55	(55.784,49)

Valores expressos em milhares de euros - método directo

O Director Financeiro (Técnico Oficial de Contas)
Alberto Coutinho Barata Salgueiro

O Presidente do Conselho de Administração
Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2002
(Valores expressos em milhares de euros, excepto quando especificamente referido)

INTRODUÇÃO

> A Sociedade é a "holding" do Grupo Inapa e tem por objecto social a propriedade e a gestão de bens móveis e imóveis, a tomada de participações no capital de outras sociedades, a exploração de estabelecimentos comerciais e industriais próprios ou alheios e a prestação de assistência às empresas em cujo capital participe.

As empresas portuguesas do Grupo dedicam-se à actividade de distribuição de papel (SDP - Sociedade de Distribuição de Papel, SA e Empresas subsidiárias), de publicações (Medialivros, SA) e de corretagem de seguros (Inaveste - Mediação de Seguros, SA); possuindo ainda o Grupo três "sub-holdings" (Gestinapa - SGPS, SA, Inapar - Participações Financeiras, SGPS, SA e Inaveste - Sociedade de Gestão de Participações Sociais, SA), que concentram as partici-

pações afectas à Distribuição e Diversificação.

Na sequência do seu projecto de desenvolvimento e internacionalização, o Grupo Inapa detém participações, na área da Distribuição, em vários países da Europa, nomeadamente **(i)** Grupo Inapa France (ex-Grupo Mafipa) e empresas subsidiárias, operando em França, Suíça e Belux, **(ii)** na Inapa Distribución Ibérica, SA (IDISA), operando em Espanha e que detém uma participação na Surpapel, SL (empresa que desenvolve a sua actividade de comercialização de papel), **(iii)** na Inapa Deutschland, GmbH sediada na Alemanha e que detém participações na Papier Union, GmbH, igualmente sediada nesse país e na Lucchetti Decart que opera em Itália, **(iv)** bem como em duas empresas localizadas no Reino Unido - Inapa Merchants Holding, Ltd, que

detém a participação financeira na Tavistock Paper Sales, Ltd. empresa que se dedica à distribuição de papel para fabrico de envelopes.

No decurso do exercício de 2002 foi efectuada, com o objectivo de se obter uma optimização de recursos, a fusão de participações por elas detidas a 100 %, pela IDISA - Inapa Distribución Ibérica, SA, e Mafipa - Societé de Management et des Participations, SA. Relativamente, à empresa espanhola realizou-se a dissolução das empresas Papeles Gayá, SA, Nortepapel, SA e Dical - Distribución de Imprentas Castilla Leon, SL e quanto à empresa francesa, efectuou-se também a dissolução das empresas Grifo, SA, Oridis, SA e Papeteries Navarre, SA, tendo os activos e passivos afectos a essas empresas sido integrados na empresa mãe, IDISA e MAFIPA, respectivamente.

Simultaneamente com o processo de fusão registado na Mafipa esta alterou a sua denominação social para Inapa France, SA.

Ainda no decurso do exercício do ano 2002 foram alienadas a terceiros a totalidade da participação detida na Sociedade de Decorações, e 52.8% do capital social da Medialivros - Actividades Editoriais, SA.

> As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POC para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, sendo de referir que os números não indicados

neste Anexo não têm aplicação no Grupo ou a sua divulgação não é relevante.

NOTA 1 - EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As subsidiárias e associadas incluídas na consolidação, a sua sede, a proporção do capital detido e as condições para a sua consolidação são conforme segue:

DESIGNAÇÃO	SEDE SOCIAL	% DE PART.
Inapar - Participações Financeiras, SGPS, SA	(a) Rua do Salitre, 142, 1269-064 Lisboa	41.60
Gestinapa - SGPS, SA	(a) Rua do Salitre, 142, 1269-064 Lisboa	100.00
Inaveste - Sociedade de Gestão de Part. Sociais, SA	(a) Rua do Salitre, 142, 1269-064 Lisboa	100.00

As empresas acima descritas foram incluídas na consolidação mediante a aplicação do método da consolidação integral.

a) Em conformidade com o Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, as subsidiárias acima identificadas que, por sua vez, são empresas-mãe de outras empresas, procederam às correspondentes consolidações, também através da aplicação do método da consolidação integral, cujo universo foi o seguinte:



EMPRESA-MÃE	PARTICIPADA	% DE PARTICIPAÇÃO
Inapar - Participações Financeiras, SGPS, SA	SDP - Sociedade de Distribuição de Papel, SA Vale Flores, São Pedro de Penaferrim - 2710 SINTRA Inapa Distribución Ibérica, SA C/ Delco 2, Pol. Ind. Ciudad del Automóvil - 28914 Laganés (Madrid)	99.66 100.00
SDP - Sociedade de Distribuição de Papel, SA	CPA - Central Papeleira de Alenquer, SA Avenida Magalhães Lima, 8 - 2º Esqº - 1000 Lisboa Papéis Carreira Madeira, Lda Rua Infante Santo, Núcleo Residencial dos Ilhéus, Loja 11 S. Pedro - 9000 Funchal Papéis Carreira Açores, Lda Rua dos Valados, Armazéns 24, 25 e 26, Relva 9500 Ponta Delgada	100.00 51.00 60.00
Gestinapa - SGPS,SA	Inapa France, SA (ex-Mafipa - Societé de Management et des Participations, SA) 6, Rue de Berri, 75008 Paris, França Inapa Deutschland, GmbH Warburgstraße, 28, 20354 Hamburg, Alemanha Inapa - Merchants, Holding, Ltd Torrington House, 811 High Road Finchley N12 8JW, Reino Unido	100.00 100.00 100.00
Inapar - Participações Financeiras, SGPS, SA	Rua do Salitre, 142 - 1269-064 Lisboa	58.40 (i)
Inapa Deutschland, GmbH	Papier Union, GmbH Warburgstraße, 28, 20354 Hamburgo, Alemanha A nossa participada Papier Union, GmbH deu-nos conta da aplicação à INAPA - IPG, SA do disposto no parágrafo 3, Secção 264 do Código Comercial Alemão. Lucchetti Decart, SA Strada Statale Padana Superiore 315/317 I - 20090 Vimodrone Milão, Itália	94.90 100.00
Inapa - Merchants Holding	Tavistock Paper Sales, Ltd The Granary High Street, Turvey, Beds. MK 43 8 DB Reino Unido Novas instalações a partir de Março 2003 First Floor, The Power House, Wantage, OX 12 8PS Reino Unido	100.00
Inapa France, SA (ex-Mafipa, SA)	Buropapier,SA Vaucampsan, 30, 1654 Huizingen, Belgique Biber Roachat Althardstrasse 301, 8105 Regensdorf - Suisse Papyrus 211, Rue des Romains. L., 8005 Bertrange, Luxemburgo	99.7 99.85 97.19
Inaveste - Sociedade de Gestão de Participações Sociais, SA	Inaveste - Mediação de Seguros, SA Rua do Salitre, 142, 1269-064 Lisboa Medialivros - Actividades Editoriais, SA Campo de Santa Clara,160 C/D, 1100 LISBOA	100.00 45.98

(i) A percentagem de participação nesta empresa foi considerada aquando da integração no processo de consolidação da Inapa-IPG.

NOTA 2 - EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

As participações detidas directa ou indirectamente que a seguir se indicam não foram incluídas no processo de consolidação pelos métodos da consolidação integral ou da equivalência

patrimonial por não se encontrarem ainda reunidas as condições técnicas necessárias, não se mostrarem materialmente relevantes no contexto das contas consolidadas, serem participações recentes, ou por não terem sido obtidas atempadamente as informações necessárias para o efeito.

EMPRESA PARTICIPADA	EMPRESA PARTICIPANTE	% DE PARTICIPAÇÃO
Papfer - Sociedad, Lda Calle Santaló, 10 - 08021 Barcelona - Espanha	Gestinapa - SGPS, SA	99.99
Surpapel, SL C/Tecnologia, 1, Pol. Ind. Guadalquivir 41120 Gelves - Sevilha	Inapa Distribución Ibérica, SA	25.00
Tuplub - Turismo e Publicações, SA Av. Engº Duarte Pacheco, Torre 1, 4º andar, Sala 6 - 1070 Lisboa	Inaveste - SGPS, SA	49.83
Megapapier, SA Bilstraat 449, 3572 AW Utrecht - Bélgica	Inapa France, SA (ex-Mafipa, SA)	100.00

Por ser intenção do Grupo a sua liquidação, a Sociedade Megapapier não foi incluída no processo de consolidação nos exercícios de 2001 e 2002. Estas participações financeiras encontram-se registadas pelo seu valor de aquisição.

NOTA 6 - EMPRESAS PARTICIPADAS NÃO REFERIDAS NAS NOTAS ANTERIORES
(PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10%)

31 de Dezembro de 2002				
EMPRESA PARTICIPANTE COMPREENDIDA NA CONSOLIDAÇÃO	EMPR. PARTICIPADA	% DE PARTICIP.	CAPITAIS PRÓPRIOS	RES.LÍQUIDO DO PERÍODO
Inaveste - Sociedade de Gestão de Participações Sociais, SA (17.9%) e Inaveste - Mediação de Seguros ,SA (1.92%)	Papelaria Fernandes Indústria e Comércio, SA Largo do Rato, 13 - 1º - 1250 Lisboa	19.82	9.609,5	(631.9)

Ver também Nota 52

**NOTA 7 - VOLUME DE EMPREGO**

Durante o exercício o Grupo teve ao seu serviço, em média, 1603 empregados, dos quais 1420 respeitam às empresas do Grupo sediadas no estrangeiro (ver Nota 1).

NOTA 10 - DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

A decomposição das diferenças de consolidação, pelas Sociedades que as originaram, é como segue:

NOTA 9 - DERROGAÇÕES ÀS NORMAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTABELECIDAS PELO POC

Ver Notas 2 e 23 (3).

	31 de Dezembro de 2002		31 de Dezembro de 2001	
	Imob. incorpóreo	Cap. próprio	Imob. incorpóreo	Cap. próprio
Inapa France (ex-Mafipa, SA)	93.113,49		93.113,49	
Papier Union, GmbH	22.854,71		22.854,71	
SDP - Sociedade de Distribuição de Papel, SA	18.604,27	(44,04)	18.604,27	(58,89)
Tavistock, Ltd	6.642,29		6.642,29	
Gestinapa - SGPS, SA	3.068,33		3.068,33	
IDISA (Nortepapel, SA)	2.954,30	719,13	2.954,30	719,13
CPA, SA	2.605,53		2.605,53	
Inapa Deutschland, GmbH	2.381,85		2.381,85	
Inaveste - SGPS, SA	1.747,33	(4.271,96)	1.747,33	(4.271,96)
Inaveste - Mediação de Seguros, SA	970,61		970,61	
Inapar - SGPS, SA	968,41		968,41	
Outras de valor individual inf. a 500 milhares de euros	105,28		105,28	7,43
	156.016,40	(3.596,87)	156.016,40	(3.596,87)
Originadas ao nível da Papier Union	53.566,01		53.566,01	
Orig. ao nível do sub-grupo Inapa France (ex - Mafipa)	6.317,79		6.317,79	
	215.900,19	(3.596,87)	215.900,20	(3.604,29)
Amortizações acumuladas	(72.376,40)		(68.328,73)	
Valor líquido	143.523,80		147.571,47	

A Sociedade apresenta as diferenças de consolidação (i) positivas e originadas até ao ano de 1991, conforme a disposição transitória prevista na alínea b) do número 13.7 das Normas de Consolidação de Contas, directamente em Capital próprio e, (ii) originadas a partir de 1991 nas Imobilizações incorpóreas, na rubrica de Diferenças de consolidação (ver Nota 25).

De referir, que as Diferenças de consolidação, reflectidas em imobilizações incorpóreas são amortizadas num período de 40 anos. Em 31 de Dezembro de 2000 a Sociedade alterou com impacto nos capitais próprios, o período de amortização das diferenças de consolidação de 25 anos para 40 anos, tendo o efeito de cerca de 5.796,03 milhares de euros sido registado em Outras reservas (3.581,37 milhares de euros) e nos Resultados líquidos do exercício de 2000 (2.214,66 milhares de euros).

Caso a Sociedade mantivesse o período de amortização de 25 anos o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, seria diminuído em cerca de 2.416 milhares de euros. Alternativamente, caso tivesse sido adoptado o princípio do “imparment” e, com base nos últimos estudos de avaliação das actividades do Grupo, efectuadas por entidades financeiras independentes, que justificam amplamente a não amortização das diferenças de consolidação inscrita nos livros, o resultado líquido positio teria sido acrescido de 4.047,68 milhares de euros.

As amortizações do exercício, no valor de 4.047,68 milhares de euros, encontram-se registadas na respectiva rubrica do resultado líquido do exercício.

NOTA 21 - COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Complemento de Pensões de Reforma

Os empregados efectivos da Inapa - IPG, SA e desde o final de 1992, da Medialivros - Actividades Editoriais, SA beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma e sobrevivência. Para o efeito foi constituído um Fundo de Pensões, gerido por uma entidade independente, a quem compete o futuro pagamento das respectivas pensões nos termos do contrato celebrado.

O Fundo recebeu a primeira contribuição de 159,62 milhares de euros, sendo as contribuições subsequentes fixadas anualmente, com base em avaliação actuarial das responsabilidades. Os custos relativos aos benefícios adquiridos por serviços prestados foram sistematicamente repostos, através de uma percentagem aplicada à massa salarial, a qual é variável de exercício para exercício e cuja taxa mínima de grupo foi inicialmente fixada em 4.5%. Nenhuma das acima mencionadas sociedades, efectuou neste exercício contribuições para este Fundo de Pensões.

As responsabilidades com pensões de reforma por serviços prestados foram calculadas de acordo com os seguintes pressupostos, tendo por base a tábua de mortalidade TV 73/77 e o valor actual dos salários projectados, para o pessoal no activo:

	2002	2001
Taxas previstas de evolução salarial	3 %	3.5 %
Taxa de desconto	6 %	6 %
Taxa de crescimento das pensões	Nula	Nula



Em 31 de Dezembro de 2002, as responsabilidades por serviços passados para colaboradores no activo e pensionistas, relativas a complementos de reforma, apuradas com base no estudo actuarial elaborado pela entidade gestora, eram de 492,9 milhares de euros (2001: 433,95 milhares de euros) e encontram-se completamente cobertas pelo valor do Fundo que em 31 de Dezembro era de 495,98 milhares de euros (2001: 548,68 milhares de euros).

A variação ocorrida entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2002 no grau de cobertura do valor do Fundo de Pensões, face ao valor das responsabilidades por serviços passados, de cerca de 110,5 milhares de euros, foi registada a crédito da rubrica de Acréscimos de custos por contrapartida de um débito nos resultados do exercício, de igual montante.

O valor registado em resultados do exercício tem a seguinte composição (valores em milhares de euros):

Custos com os serviços correntes	27,68
Custo financeiro	24,84
Rendimento dos activos do Fundo	33,70
<u>(Ganhos) e perdas actuariais</u>	<u>24,28</u>
	110,50

No exercício de 2001 a Sociedade estabeleceu um regime de complemento de pensões de reforma para os Administradores a seu cargo. Tendo para esse efeito, constituído um Fundo de Pensões, gerido por uma entidade independente.

As responsabilidades com pensões de reforma por serviços passados foram calculadas de acordo com os seguintes pressupostos, tendo

por base a tábua de mortalidade TV 73/77 e o valor actual dos salários projectados, para o pessoal no activo:

Taxa de desconto	4 %
Taxas previstas de evolução salarial	4 %
<u>Taxa de crescimento das pensões</u>	<u>3 %</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, o valor das responsabilidades por serviços passados ascendia a 1.974,15 milhares de euros (2001:1.805,65 milhares de euros).

O valor das responsabilidades por serviços passados na data de implementação do plano de complemento de pensões de reforma para os Administradores, no valor inicial de 1.735,8 milhares de euros, está a ser reconhecido, de forma sistemática em custos, ao longo do período normal remanescente de trabalho dos mesmos, de igual modo o acréscimo das responsabilidades anuais integrará os custos dos exercícios à medida que ocorrem.

Como tal, em 31 de Dezembro de 2002, os valores evidenciados em balanço e em custos do exercício relacionados com a implementação deste complemento de pensões de reforma são como segue:

	Dr / (Cr)
Acréscimo e diferimentos - Custos de benefícios de reforma a amortizar	480,14
Custos com pessoal - Acréscimo da responsabilidade no exercício	231,25
Custos extraordinários - Amortização do exercício da responsabilidade por serviços passados inicial	628,16
<u>Acréscimo e diferimentos - Benefícios de reforma a liquidar</u>	<u>(847,91)</u>

Milhares de euros

Neste exercício a Sociedade efectuou contribuições para o Fundo de Pensões no montante total de 689,35 milhares de euros.

O valor registados em Custos com pessoal no exercício tem a seguinte decomposição:

Custos com os serviços correntes	25,63
Custo financeiro	106,39
Rendimento dos activos do Fundo	52,84
(Ganhos) e perdas actuariais	46,39
	231,25

Foi igualmente aprovado por uma das empresas do Grupo, a atribuição de um regime de complemento de pensões de reforma para os Administradores. Neste caso concreto optou-se pela constituição de um seguro afecto à responsabilidade de complemento de pensões de reforma. O valor da responsabilidade por serviços totais a 31 de Dezembro de 2002 ascendia a 911,94 milhares de euros (2001: 877,88 milhares de euros), e está a ser reconhecido de forma sistemática em custos, ao longo do período normal remanescente de trabalho dos mesmos.

Os valores evidenciados em balanço e em custos do exercício relacionados com a implementação deste complemento de pensões de reforma são como segue:

	Dr / (Cr)
Acréscimo e diferimentos - Custos de benefícios de reforma a amortizar	628,12
Custos extraordinários - Amortização do exercício da responsabilidade por serviços passados inicial e acréscimo da responsabilidade do exercício	158,21
Provisão para outros riscos e encargos - Benefícios de reforma	(911,94)
	Milhares de euros

Neste exercício foi efectuado uma entrega ao seguro no valor de 213,6 milhares de euros.

Existem ainda planos de contribuição definida para dois colaboradores da Tavistock Paper Sales, Ltd e para vinte e quatro colaboradores do Grupo Inapa France (ex-Mafipa). O valor das contribuições efectuadas neste exercício de 2002, pelas empresas no Reino Unido e pelo Grupo Inapa France para estes planos ascenderam a 7,7 milhares de euros e 362,2 milhares de euros (31 de Dezembro de 2001: 24,94 milhares de euros e 324,22 milhares de euros) respectivamente, e encontram-se registados em custos do exercício.

As empresas francesas pertencentes ao Grupo Inapa France (ex-Mafipa) e a empresa italiana são obrigadas por Lei a pagar aos seus funcionários na data da reforma e de uma única vez, o montante definido com base no número de anos de trabalho na empresa, na categoria profissional e no salário auferido à data da reforma. O valor dessas responsabilidades, registado em Balanço, em 31 de Dezembro de 2002, ascende a cerca de 1.809,04 milhares de euros (2001: 1.496,39 milhares de euros). No caso das empresas francesas esta responsabilidade, foi pela primeira vez registada no Balanço consolidado por contrapartida da rubrica de Resultados transitados (1.679 milhares de euros) (ver Nota 51).

A Papier Union, GmbH, atribui a 55 dos seus colaboradores (e ex-colaboradores) activos e pensionistas, um esquema de complemento de pensões de reforma (trancado em 1982), calculado tendo por base 0.4% do salário auferido em cada ano de serviço na empresa até ao máximo de 12%. Esta responsabilidade, apurada tendo por base um estudo actuarial



efectuado por uma entidade independente, é reconhecida em balanço na rubrica de Provisões para outros riscos e encargos e ascende, em 31 de Dezembro de 2002, a 1.176,4 milhares de euros (2001: 1.351,74 milhares de euros).

NOTA 22 - RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

A Sociedade prestou várias garantias bancárias, através do Banco Espírito Santo e Banco Comercial Português, no valor de 9.756,74 milhares de euros e 33.081,4 milhares de euros, respectivamente, a favor de várias empresas subsidiárias do Grupo Inapa France (ex-Mafipa). A Gestinapa, SA negociou com o BCP diversas garantias bancárias no valor total de 146.807 milhares de euros.

À data do balanço existiam igualmente garantias bancárias e outras prestadas a favor de terceiros no montante de 7.652,43 milhares de euros. Ver Nota 34 relativamente às garantias reais prestadas pelo Grupo.

NOTA 23 - BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

1. Imobilizações incorpóreas

São constituídas principalmente pelos custos incorridos com os processos de reestruturação do Grupo, com aumentos de capital, e com os fundos de comércio e diferenças de consolidação originadas em subsidiárias estrangeiras do Grupo; estes custos são amortizáveis por duodécimos por um período que varia entre três e cinco anos. Nos exercícios de 1998 e 2000, foram reavaliadas, pelo valor de 149.64 milhões de euros, com base em estudos técnicos efectuados por uma entidade independente, uma variedade de marcas comercializadas pela Papier Union, GmbH (74.82 milhões de euros), Grupo Inapa France (ex-Mafipa) (49.88 milhões de euros) e Grupo SDP (24.94 milhões de euros), as quais não são objecto de amortização anual uma vez que serão regularmente avaliadas. As diferenças de consolidação são amortizadas, desde a data da sua origem, por um período que não ultrapassa os 40 anos (ver Nota 10).

2. Imobilizações corpóreas

Os bens adquiridos até 31 de Dezembro de 1991, foram objecto de reavaliação, sempre que aplicável, nos termos fixados nos Decretos-Lei nºs 430/78, 219/82, 339-G/84, 118-B/86, 111/88, 49/91 e 264/92. As reservas de reavaliação geradas pela Inapa - IPG até 1992, no montante global de 9.252,7 milhares de euros, foram integralmente incorporadas no capital em 1986, 1990 e 1997. Os bens adquiridos

após 1992 e as imobilizações em curso estão valorizados a custo histórico de aquisição, o qual inclui, quando aplicável, os encargos financeiros e as diferenças de câmbio relativos aos financiamentos obtidos para a sua aquisição, construção, montagem e arranque.

A amortização é calculada pelo método das quotas constantes sobre os valores apurados de acordo com o critério acima expresso, por duodécimos, a taxas representativas da vida útil estimada, como segue:

Edifícios e outras construções	2% - 10%
Equipamento básico	7.14%
Equipamento de transporte	12.5% - 25%
Equipamento administrativo	10% - 14.18%

3. Investimentos financeiros e títulos negociáveis

Os investimentos financeiros e os títulos negociáveis são registados no activo pelo respectivo custo de aquisição; no caso das participações em empresas situadas no estrangeiro, esse custo corresponde ao contravalor em euros, à data da operação, das divisas despendidas com a respectiva aquisição. A partir do exercício de 2002 as participações de maior significado, foram valorizadas em conformidade com a norma contabilística internacional aplicável à valorização de investimentos “Available for Sale” (ver Nota 52), isto é “mark to market”.

As acções da Inapa - IPG, SA em carteira estão registadas ao custo de aquisição e são apresentadas a deduzir ao Capital.

4. Existências

As matérias primas, subsidiárias e de consumo, as mercadorias, o material de conservação e reparação e o material de embalagem estão valorizados a custo médio de aquisição.

5. Transacções em moeda estrangeira

As conversões para euros das transacções com clientes estrangeiros são efectuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem. No caso de fornecedores essas conversões são feitas ao câmbio em vigor na data das transacções. As diferenças de câmbio apuradas nos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2002, convertidos aos câmbios dessa data, foram consideradas no resultado do exercício.

6. Provisões para créditos de cobrança duvidosa

As provisões para créditos de cobrança duvidosa, estabelecidas em cada uma das empresas do Grupo dentro dos limites autorizados para fins fiscais, são consideradas adequadas para dar cobertura aos créditos identificados em risco de cobrança.

7. Imposto sobre o rendimento

O encargo com o imposto sobre o rendimento foi calculado, no caso das empresas com sede em Portugal, tendo em consideração o disposto no código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis a cada uma das empresas que constituem o Grupo.

As subsidiárias estrangeiras da Sociedade são tributadas de acordo com as regras fiscais vigentes nos respectivos países de origem.



No exercício de 2002 a Sociedade optou por contabilisticamente reconhecer, conforme o preconizado pela Directriz Contabilística nº 28, o diferimento de impostos (ver Notas 51 e 57).

8. Contratos de locação financeira

Os bens do activo imobilizado adquiridos pelas Empresas do Grupo, quer sediadas em território nacional quer estrangeiro, através de contratos de locação financeira, são registados em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 25, emanada da Comissão de Normalização Contabilística.

9. Complementos de pensões de reforma

O Grupo Inapa adoptou no reconhecimento das suas responsabilidades pelos complementos de reforma e sobrevivência, os critérios consagrados pela Directriz Contabilística n.º 19, emanada da Comissão de Normalização Contabilística (ver Nota 21).

10. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a rubrica de Caixa e seus equivalentes correspondente ao somatório dos saldos de Caixa, Depósitos à Ordem, Títulos negociáveis e Dividas a instituições de crédito. Esta demonstração foi elaborada pelo método directo (ver Nota 55).

11. Demonstração dos resultados por funções

O Grupo elabora a Demonstração dos resultados por funções conforme o preconizado pela Directriz Contabilística nº 20 (ver Nota 56).

NOTA 24 - ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Transacções correntes em moeda estrangeira

Ver Nota 23 (5).

Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

Para efeitos de conversão das demonstrações financeiras das empresas estrangeiras incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, foram utilizados os seguintes critérios:

Activos e Passivos: Paridades cambiais vigentes no final do exercício.

Custos e Proveitos: Paridades cambiais médias verificadas no exercício.

Capital, Reservas e Resultados transitados:

Paridades cambiais vigentes à data de aquisição das participações, para os capitais próprios existentes àquela data, e paridades cambiais médias vigentes no exercício da constituição dos resultados transitados realizados posteriormente à data de aquisição da participação.

As diferenças de conversão cambial resultantes do processo descrito acima, são registadas em rubrica específica do Capital próprio (Ajustamentos de conversão).

NOTA 25 - IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Diferenças de consolidação originadas na Inapa - IPG , Grupo Inapa France e Papier Union (ver Nota 10)	215.900,2
Reavaliações ocorridas em 1998 e 2000, em termos consolidados, das marcas comercializadas pelo Grupo Inapa France, Papier Union e Grupo SDP (ver Notas 23 (1))	149.639,4
Custos com trespasses, fundo de comércio ocorridos na Inapa Distribuição Ibérica e SDP	12.621,3
Custos incorridos relacionados com marcas, concessões e licenças provenientes do Grupo Inapa France (ex-Mafipa)	10.311,0
Gastos com a constituição e aumentos de capital da INAPA - IPG, Gestinapa, Inapar, IDISA, Inaveste, SDP e outras	7.922,1
Estudos com novos processos comerciais	989,9
Custos incorridos com campanhas publicitárias de lançamento de novos produtos, amostras e marcas próprias	738,6
Custos incorridos com estudos e projectos de consultoria na INAPA - IPG e Gestinapa	658,1
Imobilizações em curso	253,3
Outros encargos diferidos	2.565,7
	401.599,6
Amortizações acumuladas	(89.865,4)
	311.734,2

NOTA 27 - MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

ACTIVO BRUTO	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas (ver Nota 25)					
Despesas de instalação	10.488,11	1.722,16	(1,37)	(49,18)	12.159,72
Despesas de investigação e desenvolvimento	335,25	193,09		(23,96)	504,38
Propriedade industrial e outros direitos	159.897,34	569,12	(306,85)	1,04	160.160,65
Trespases	12.732,60		(113,13)	1,81	12.621,28
Outras imobilizações incorpóreas					
Imobilizações em curso	416,89	253,35		(416,89)	253,35
Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas					
Diferenças de consolidação	215.900,20				215.900,20
	399.770,39	2.737,72	(421,35)	(487,18)	401.599,58
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	24.066,28	223,00	(583,10)	(0,08)	23.706,10
Edifícios e outras construções	102.922,21	9.553,02	(2.445,76)	716,57	110.746,05
Equipamento básico	8.259,44	2.490,29	(67,40)	443,38	11.125,71
Equipamento de transporte	15.158,13	302,23	(2.700,91)	3.190,64	15.950,09
Ferramentas e utensílios	19.801,25	103,00	(62,88)	4,43	19.845,80
Equipamento administrativo	19.741,96	1.962,13	(1.258,99)	(3.662,01)	16.783,09
Tara e vasilhame	4,09			79,00	83,09
Outras imobilizações corpóreas	235,20	15,14	(3,91)	263,11	509,54
Imobilizações em curso	2.072,76	1.390,24	(603,94)	(1.268,90)	1.590,16
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	256,22		(34,77)	(221,44)	
	192.517,54	16.039,05	(7.761,66)	(455,30)	200.339,63
Investimentos financeiros (ver Nota 53)					
Partes de capital em empresas do grupo	636,23			(0,27)	635,96
Partes de capital em empresas associadas	981,49	42,65		(0,74)	1.023,40
Títulos e outras aplicações financeiras	50.541,06	218,99			50.760,05
Outros empréstimos obtidos		2.185,57			2.185,57
Imobilizações em curso	201,78				201,78
Adiantamentos por conta de investimentos		60,00			60,00
	52.360,56	2.507,21	0,00	(1,01)	54.866,76



AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	8.330,98	1.481,51	(61,72)	9.750,77
Despesas de investigação e desenvolvimento	240,98	93,39	(0,52)	333,85
Propriedade industrial e outros direitos	3.603,04	2.087,57	(239,79)	5.450,82
Trespases	1.441,05	497,87	14,59	1.953,51
Outras imobilizações incorpóreas				
Goodwill	68.328,73	4.047,68		72.376,40
	81.944,78	8.208,02	(287,44)	89.865,35
Imobilizações corpóreas				
Edifícios e outras construções	22.110,51	2.103,93	(975,14)	23.239,30
Equipamento básico	5.745,52	423,90	132,14	6.301,56
Equipamento de transporte	11.516,94	1.567,27	(101,87)	12.982,34
Ferramentas e utensílios	12.323,12	947,16	(62,94)	13.207,34
Equipamento administrativo	15.443,08	2.343,67	(3.421,97)	14.364,78
Taras e vasilhame	1,53	15,24		16,77
Outras imobilizações corpóreas	164,42	55,17	121,72	341,31
	67.305,12	7.456,34	(4.308,06)	70.453,40

As rubricas de Edifícios e outras construções, Equipamento de transporte e Equipamento administrativo incluem bens adquiridos em regime de locação financeira (ver Nota 23 (8)) no montante líquido de 20.409,3 milhares de euros, cujas responsabilidades futuras ascenderam a 15.589,5 milhares de euros, registadas nas rubricas de Fornecedores de imobilizado, c/c a curto prazo (1.733,5 milhares de euros) e a longo prazo (13.856 milhares de euros).

NOTA 28 - ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS PARA FINANCIAMENTO DE IMOBILIZAÇÕES, CAPITALIZADOS NO PERÍODO

No presente exercício foram capitalizados em Imobilizações corpóreas e em Acréscimos e diferimentos cerca de 3.607,03 milhares de euros relativos a encargos com locação financeira relacionados com imobilizados.

NOTA 33 - DÍVIDAS A TERCEIROS QUE SE VENCEM A MAIS DE CINCO ANOS

Dívidas a instituições de crédito	30.719,0
Fornecedores de imobilizado - c/c	7.237,6
	37.956,6

Milhares de euros

NOTA 34 - GARANTIAS REAIS

Uma subsidiária estrangeira do Grupo prestou diversas garantias reais sobre activos imobilizados diversos, no montante total de 10.705 milhares de euros.

NOTA 36 - VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	Merc. interno	Merc. externo	Totais
Vendas	72.013,08	1.000.316,53	1.072.329,61
Prest. de serv.	227,14	1.725,57	1.952,71
	72.240,22	1.002.042,10	1.074.282,32

Os proveitos realizados no Mercado externo incluem 982.62 milhões de euros relativos a vendas e prestações de serviços efectuadas pelas subsidiárias estrangeiras do Grupo nos países onde se encontram sediadas.

A rubrica de Clientes em 31 de Dezembro de 2002 apresenta-se líquida de efeitos e outros valores a receber, descontados e não vencidos, no valor de 7.938,13 milhares de euros. Adicionalmente, no âmbito dos contratos de factoring celebrados por algumas das subsidiárias, encontram-se cedidas para cobrança dívidas de clientes, no montante de cerca de 30.420 milhares de euros, montante esse que foi antecipado pelas empresas de factoring.

NOTA 39 - REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração	389,77
Conselho Fiscal	65,98

NOTA 41 - REAVIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Os diplomas legais e demais critérios em que se basearam as sucessivas reavaliações efectuadas em 1998 e em exercícios anteriores encontram-se referidos na Nota 23 (2).

NOTA 42 - EFEITO DAS REAVIAÇÕES NO IMOBILIZADO

	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
	(a)	(a)(b)	(a)
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	16.752,75	6.953,35	23.706,10
Edifícios e outras construções	66.343,86	21.162,89	87.506,75
Equipamento básico	4.822,90	1,25	4.824,15
Equipamento de transporte	2.967,75		2.967,75
Ferramentas e utensílios	6.638,46		6.638,46
Equipamento administrativo	2.418,31		2.418,31
Taras e vasilhame	66,32		66,32
Outras imobilizações corpóreas	168,23		168,23
Imobilizações em curso	1.590,16		1.590,16
Adiantam.p/conta imob.corpóreas			
	101.768,74	28.117,49	129.886,23

(a) Líquidos de amortizações.

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.



NOTA 44 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Exercícios			Exercícios		
Custos e perdas	2002	2001	Proveitos e ganhos	2002	2001
Juros suportados	25.917,19	32.743,95	Juros obtidos	1.499,40	1.361,44
Difer. de câmbio desfavoráveis	0,20	18,98	Rendimentos de títulos de participação		0,12
Descontos de pronto pagamento concedidos	11.631,67	13.005,70	Rendimentos de imóveis		
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			Rend. de participações de capital relativos a outras empresas	1.086,43	1.217,99
Outros cust. e perdas financeiros	2.044,89	1.556,19	Diferenças de câmbio favoráveis	91,91	160,75
			Descontos de pronto pag. obtidos	24.314,11	26.090,31
			Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		366,02
			Outros proveitos e ganhos financ.	239,13	200,15
Resultados financeiros	(12.362,96)	(17.928,04)			
	27.230,99	29.396,78		27.230,99	29.396,78

A rubrica de Rendimentos de participações de capital, inclui cerca de 1.086,1 milhares de euros, corresponde ao valor de dividendos obtidos. A rubrica de Outros custos e perdas financeiros corresponde fundamentalmente, a custos com serviços bancários e outros incorridos pela IDISA,

SA (1.010,2 milhares de euros), Gestinapa, SA (378,1 milhares de euros), Inapa-IPG (307,2 milhares de euros), Grupo Inapa France, SA (293,9 milhares de euros), Grupo SDP - Sociedade de Distribuição de Papel, SA (39,9 milhares de euros) e Lucchetti Decart, SA (10,8 milhares de euros).

NOTA 45 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Exercícios			Exercícios		
Custos e perdas	2002	2001	Proveitos e ganhos	2002	2001
Donativos	50,17	24,31	Restituição de impostos	0,88	42,37
Dívidas incobráveis	3.508,00	1.819,00	Recuperação de dívidas	2.108,40	1.606,21
Perdas em existências	89,39	112,02	Ganhos em existências	113,02	127,68
Perdas em imobilizações	3.379,92	564,91	Ganhos em imobilizações	5.319,18	130,32
Aumentos de amort. e de provisões			Benefícios de penalid. contratuais	1,56	1,91
Multas e penalidades	131,33	32,43	Reduções de amort. e de provisões	2.157,00	813,25
Correcções relat. a exerc. anteriores	480,22	268,89	Correcções relat. a exerc. anteriores	269,37	62,38
Outros custos e perdas extraord.	1.238,37	1.094,32	Outros proveitos e ganhos extraord.	3.127,70	1.451,56
Resultados extraordinários	4.219,71	319,79			
	13.097,11	4.235,68		13.097,11	4.235,68

Em 31 de Dezembro de 2002 e conforme o referido na Nota 21 deste Anexo, a rubrica de Outros custos e perdas extraordinários regista essencialmente, a amortização no montante de cerca de 786,35 milhares de euros ocorrida no exercício da responsabilidade por serviços passados, originada pela introdução do novo plano de complemento de pensões de reforma para a Administração.

A rubrica de Ganhos em imobilizações corresponde, essencialmente, ao resultado obtidos por diversas empresas do Grupo Inapa com a alienação de (i) armazéns (1.560,7 milhares de euros), (ii) edifícios de escritórios (229,8 milhares de euros), (iii) viaturas (165,6 milhares de euros) e (iv) de parte de acções de uma empresa do grupo a uma

entidade externa (32,1 milhares de euros). Adicionalmente, esta rubrica inclui o valor de venda (3.331 milhares de euros) de diverso equipamento administrativo efectuado por uma empresa estrangeira do Grupo cujo o valor de custos se encontra por sua vez registado em Perdas em imobilizações (3.300 milhares de euros).

Por sua vez a rubrica de Outros proveitos e ganhos extraordinários reflecte, essencialmente, (i) anulações diversas de valores a pagar no montante de 918 milhares de euros (ii) anulação de uma provisão para outros riscos e encargos constituída em anos anteriores no montante de 750 milhares de euros bem como (iii) comparticipações recebidas de terceiros de natureza diversa.

NOTA 46 - MOVIMENTOS NAS CONTAS DE PROVISÕES

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	14.359,53	6.252,01	4.092,76	16.518,78
Provisão para outros devedores	2.869,74	0,00	2.065,74	804,00
Provisões para riscos e encargos	10.844,59	4.611,49	7.865,29	7.590,79
Provisões para depreciação de existências	617,25	61,75	205,61	473,39
	28.691,11	10.925,25	14.229,40	25.386,96

Os aumentos nas rubricas de Provisões para cobranças duvidosas incluem reforços efectuados pela Papier Union, GmbH (3.897 milhares de euros), pelo Grupo Inapa France, SA (1.197,9 milhares de euros), Grupo SDP - Sociedade de

Distribuição de Papel, SA (688,2 milhares de euros), IDISA, SA (352 milhares de euros), Tavistock (61,5 milhares de euros), Lucchetti Decart (40,4 milhares de euros) e Medialivros, SA (15 milhares de euros).



As reduções nas rubricas de Provisões para cobranças duvidosas resultam, principalmente, da utilização de provisões pela Papier Union, GmbH (2.001,59 milhares de euros), pelo Grupo SDP, SA (999,84 milhares de euros) pelo Grupo Inapa France, SA (982,38 milhares de euros) e pela Medialivros, SA (82,8 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos na Provisão para outros riscos e encargos correspondem essencialmente, à utilização (i) no montante total de 2.482,67 milhares de euros por regularizações de valores a receber ou custos de reestruturação de diversas empresas, (ii) pela Papier Union, GmbH de 4.955 milhares de euros, para fazer face a diversos pagamentos com indemnizações e (iii) à contabilização da provisão para complementos de pensões de reforma no montante de 1,679 milhares de euros (ver Notas 21 e 51).

NOTA 49 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do nº 1 do Artº 21 do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, informamos não serem as empresas consolidadas devedoras de quaisquer contribuições, vencidas, à Segurança Social.

NOTA 50 - CAPITAL

O capital está presentemente representado por 30.000.000 de acções ao portador de 5 Euros cada, totalmente subscritas e realizadas. Com excepção da Portucel, SGPS, SA, que detém 15% dos direitos de voto, e da Seguros e Pensões Gere, SGPS, SA através (i) das sociedades integralmente detidas por si: Império Bonança - Companhia de Seguros, SA, Auto Gere - Companhia Portuguesa de Seguros, SA, Ocidental-Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, SA, Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, SA e (ii) os fundos geridos pela sociedade, igualmente detida por si, PensõesGere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA detém globalmente uma participação de 14.8 % dos direitos de voto, não eram conhecidas, a 31 de Dezembro de 2002, outras pessoas, singulares ou colectivas, que possuíssem uma participação igual ou superior a 10% das acções emitidas. Ver em anexo a descrição dos accionistas titulares de acções qualificadas.

Durante o exercício de 2002 a Sociedade e uma empresa do Grupo adquiriram 858.429 acções próprias. Adicionalmente, alienaram no seu conjunto, 1.070.682 acções da INAPA - IPG, SA, pelo valor de cerca 5.617,52 milhares de euros. As menos-valias apuradas, no montante total de cerca de 621.58 milhares de euros foram registadas na rubrica de Outras reservas. Em 31 de Dezembro de 2002 o Grupo detém 2.724.852 acções próprias.

NOTA 51 - OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

	31 de Dezembro de 2002	31 de Dezembro de 2001
Prémios de emissão de acções	14.963,94	14.963,94
Diferenças de consolidação (ver Nota 10)	3.596,87	3.604,29
Reservas de reavaliação	24.939,89	24.939,89
Ajustamentos de conversão (ver Nota 24)	1.900,12	3.080,48
Ajustamentos de investimentos financeiros (ver Nota 52)	(23.034,67)	
Reservas legais	9.110,86	8.810,14
Outras reservas	(17.409,82)	(14.565,17)
Resultados transitados	(23.880,66)	(12.580,48)
Resultado líquido do exercício	811,59	(7.800,41)
Dividendos antecipados		
	(9.001,88)	20.452,68

De acordo com as decisões tomadas em 2002 pelas Assembleias Gerais das empresas que constituem o Grupo Inapa, salienta-se que, da aplicação dos resultados estatutários verificados em 31 de Dezembro de 2001, um total de 300,72 milhares de euros foi destinado a reservas legais.

A redução ocorrida dos Capitais próprios reflecte principalmente, **(i)** a correcção para o valor de mercado, no montante total de 23.034,7 milhares de euros, efectuada à carteira de investimentos financeiros, tendo como base a última cotação em Bolsa, **(ii)** ao reconhecimento, conforme referido na Nota 21, de responsabilidades retroactivas por

complementos de reforma, no montante de 1.679 milhares de euros, **(iii)** à contabilização de responsabilidades ocorridas no processo de reestruturação de cerca de 4.275 milhares de euros, **(iv)** ao reconhecimento do valor a pagar por uma empresa do Grupo, no montante de 256 milhares de euros, relativo a uma potencial indemnização (anterior à nossa aquisição) e **(v)** ao efeito positivo do reconhecimento retroactivo de impostos diferidos de 1.090 milhares de euros.

As reservas legais e de reavaliação e os prémios de emissão não são distribuíveis sob a forma de dividendos mas poderão ser utilizados para incorporação no Capital.



NOTA 52 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS

		% de participação no capital da Empresa
Partes de capital em Empresas do Grupo (ver Nota 2)		
Papfer - Sociedad, Lda*	182,23	
Megapapier, SA*	453,73	
	635,96	
Partes de capital em Empresas associadas (ver Notas 2 e 6)		
Surpapel, SL	915,32	
Tuplub, SA*	74,57	
Outros	33,51	
	1.023,40	
Títulos e outras aplicações financeiras (Ver Nota 6)		
José de Mello - SGPS, SA (498 798 acções)	7.481,96	1.46
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA (PFIC, SA) (545 118 acções)	2.664,28	19.82
BCP - Banco Comercial Português, SA (7 240 718 acções)	39.543,52	0.31
Outros	1.070,29	
	50.760,05	
Outros empréstimos concedidos		
Obrigações BCP - 2005	2.185,57	

* Estas participações financeiras encontram-se totalmente provisionadas em 31 de Dezembro de 2002.

Conforme o referido na Nota 51, a Sociedade corrigiu para o respectivo valor de mercado, correspondente à última cotação em Bolsa efectuada no exercício de 2002, a participação detida na instituição financeira considerada em títulos e outras aplicações financeiras, tendo para o

efeito constituído uma provisão no montante de 23.034,7 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 as acções da PFIC, SA apresentava menos-valia potencial de 816,33 milhares de euros relativamente aos valores da última cotação em Bolsa efectuada no exercício.

NOTA 53 - DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

CURTO PRAZO

Dívidas a instituições de crédito

Parte dos financiamentos de médio e longo prazo, com vencimento em 2003, descobertos

bancários concedidos pela banca nacional e financiamentos em euros	125.229,86
	125.229,86

MÉDIO E LONGO PRAZO

Dívidas a instituições de crédito

Financiamentos de médio e longo prazo, em escudos convertidos para euros,

linhas de crédito para facilidades a descoberto, por períodos de cinco anos,

parte dos quais são objecto de renegociação periódica	317.140,16
---	------------

Outros empréstimos obtidos

Titularização de dívida bancária efectuada por uma instituição

de crédito até 2006/2007 com admissão de aceitação de renovação para períodos sucessivos	121.000,00
--	------------

438.140,16

Milhares de euros

Na parcela de médio e longo prazo temos os seguintes prazos de reembolso:

2003*	40.776,2
2004	163.740,3
2005	72.976,7
2006	86.378,0
2007	43.550,0
2008 e seguintes	30.719,0

438.140,2

Milhares de euros

* Renegociação por um período superior a um ano.

NOTA 54 - OUTROS TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

	Valor de aquis.	% de particip. no capit. da Emp.
Acções		
José de Mello - SGPS, SA (900 010 acções)	11.966,09*	6,43
Petro Holding - SGPS,SA	2.475,04*	
Obrigações de capital BCP - 2005	3.079,45	
	17.520,58	

* Empresas não cotadas na Bolsa de Valores

NOTA 55 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Os componentes de caixa e seus equivalentes no final do exercício de 2002 e 2001 são como segue:

	2002	2001
Caixa	202,43	1.210,36
Equivalentes a Caixa	17.520,58	14.461,08
Depósitos bancários Saldo devedores	6.593,21	11.875,03
Depósitos bancários Saldo credores	(125.229,86)	(112.766,56)
	(100.913,64)	(85.220,09)

NOTA 56 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

1. Reconciliação dos resultados extraordinários e financeiros evidenciados na Demonstração dos resultados por natureza e na Demonstração dos resultados por funções.

A Demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido pela Directriz Contabilística nº20, a qual apresenta um conceito de resultado extraordinário diferente do definido no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para preparação da Demonstração dos resultados por natureza. Assim, o valor dos resultados extraordinários apresentado na Demonstração dos resultados por natureza foi parcialmente reclassificado para Outros proveitos e ganhos operacionais, Outros custos e perdas operacionais, Ganhos (perdas) em filiais e associadas e em outros investimentos e para Resultados não usuais ou não frequentes.

Adicionalmente, neste exercício foi reclassificado da rubrica de Custo líquido de financiamento o valor dos descontos de pronto pagamento obtidos e concedidos para as respectivas rubricas de Outros proveitos e ganhos operacionais e Outros custos e perdas operacionais. Para possibilitar uma melhor análise comparativa reclassificou-se igualmente os valores referentes a 2001 (ver Nota 44).

2. Custo das vendas e das prestações de serviços

Em virtude de não ter sido prático proceder à decomposição do custo das vendas e das prestações de serviços nas suas várias componentes não é apresentado o quadro de apuramento do mesmo.



NOTA 57 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Conforme referido na Nota 23 (7) e pela aplicação da Directriz Contabilística nº 28/01 de 6 de Junho, emanada pela Comissão de Normalização Contabilística e da Norma Internacional de Contabilidade nº12 (NIC 12 reformulada em 1996), as empresas portuguesas deverão passar a calcular e contabilizar os impostos diferidos. Esta disposição é aplicável para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2002, prevendo a respectiva Directriz Contabilística nas suas disposições transitórias que as empresas poderão não contabilizar os mesmos durante 5 anos, tendo contudo a obrigatoriedade de os calcular e explicitar os seus efeitos no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Antecipando a obrigatoriedade da sua contabilização o Grupo decidiu incluir nas demonstrações financeiras consolidadas, os efeitos das diferenças temporárias subjacentes aos activos e passivos relevados no Balanço consolidado.

Os valores dos impostos diferidos relativos a 31 de Dezembro de 2001, em relação ao grupo, podem ser analisados da seguinte forma:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2002	2001	2002	2001
Prejuízos Fiscais	19.658	17.435		
Reavaliação e outros ajustes no imobilizado			(9.339)	(8.589)
Mais-valias fiscais não tributadas			(11.997)	(11.991)
Outros	4.994	638,46	(1.254)	(1.239)
	24.652	18.073	(22.590)	(21.819)

As variações ocorridas durante o exercício podem ser analisadas como segue:

	Resultados do exercício	Outros mov. em capitais próprios
Prejuízos Fiscais	(2.223)	(17.435)
Reavaliação e outros ajustes no imobilizado	750	8.589
Mais-valias fiscais não tributadas		6
Outros	500	7.751
	(973)	(1.089)
Efeito global em Capitais Próprios		(2.062)

Fazemos notar que os valores referentes na Nota 57 do Anexo às demonstrações financeiras do exame de 2001 relativas a impostos diferidos foram ajustados, em termos de activos e passivos por impostos diferidos, em consequência da revisão do cálculo inicial no montante de 407 milhares de euros e 551 milhares de euros, respectivamente.

NOTA 58 – RELATO POR SEGMENTOS

Conforme o disposto na Directriz Contabilística nº 27, emanada da Comissão de Normalização Contabilística, é elaborada no exercício de 2002 e por forma a possibilitar melhor compreensão do desempenho do Grupo, determinada informação financeira foi decomposta por segmento geográfico tendo também presente a noção de segmento de negócio.

Assim, face à especificidade das actividades do Grupo, principalmente afectas à distribuição de papel, caracterizada pela similiariedade dos produtos comercializados, optou-se pela apresentação da informação exigida decomposta com base no conceito de segmento geográfico. Embora subjacente a esta se

encontre uma segmentação por área de negócio, constituída por outras actividades não afectas distribuição de papel (ver Introdução). Simultaneamente, e face às condições similares de mercado onde as diversas empresas de dis-

tribuição operam, a informação é agregada em mercado ibérico (constituída pelas empresas SDP e IDISA) e restantes empresas da distribuição (Grupo Inapa France, Papier Union, Lucchetti Decart e Tavistock) e decompõe-se como segue:

	31 de Dezembro de 2002					31 de Dezembro de 2001				
	Ibéria	Outros países Europeus	Outras activ.	Eliminações de consolidação	Consolid.	Ibéria	Outros países Europeus	Outras activid.	Eliminações de consolidação	Consolid.
Réditos										
Vendas externas	140.444,7	930.057,6	1.827,4			135.060,0	1.021.075,4	1.537,0		
Vendas Inter-segmentais	11,6	1,8	5,7	(19,1)		64,8	21,0	4,3	(90,1)	
Outros réditos	495,4	6.170,9	8.598,1			250,7	5.950,6	8.827,8		
Réditos totais	140.951,7	936.230,2	10.431,2	(19,1)	1.087.594,1	135.375,5	1.027.046,9	10.369,1	(90,1)	1.172.701
Resultados										
Resultados segmentais	6.480,6	33.979,2	(4.736,1)	(7.534,1)	28.189,6	2.564,6	23.434,4	(2.502,3)	180,6	23.677,2
Resultados operacionais					28.189,6					23.677,2
Gastos de juros	(5.057,8)	(8.913,4)	(14.247,9)	256,8	(27.962,3)	(5.728,4)	(13.013,9)	(16.708,1)	(1.131,3)	(34.319,1)
Proveito de juros	1.392,7	(7.895,5)	9.419,6		2.916,9	1.168,2	897,8	1.240,4	0,0	3.306,4
Impostos s/lucros	(448,1)	(2.920,1)	(683,1)		(2.152,4)	(73,7)	(150,6)	(57,6)		(282,1)
Resultados de activ. ordinárias					991,8					(7.617,6)
Resultados extraordinários					0,0					0,0
Interesses minoritários					(180,3)					(182,7)
Resultado consolidado líquido					811,5					(7.800,4)
Outras informações										
Activos do segmento	156.109,5	538.961,0	91.441,1	0,0	786.511,6	144.840,3	509.438,4	87.607,8	0,0	741.886,4
Investimento em associadas					0,0					0,0
Act. da emp. não imputados					52.265,6					54.939,5
Activos totais consolidados					838.777,2					796.825,9
Passivos do segmento	95.976,8	274.683,2	53.246,7	0,0	423.906,7	88.599,2	235.690,4	50.213,4	0,0	326.011,0
Pas. da emp. não imputados					289.914,1					269.175,3
Passivos totais consolidados					713.820,8					643.678,3
Dispêndios de capital fixo	15.871,9	4.534,1	131,4	0,0	20.537,4	7.215,8	6.446,0	40,4	0,0	13.702,1
Depreciações	1.581,2	9.535,2	1.247,6	3.300,5	15.664,4	1.606,2	10.990,1	1.373,1	3.007,0	16.976,4

NOTA 59 - COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Sociedade e as restantes empresas consolidadas não procederam à alteração das suas principais práticas e políticas contabilísticas,

excepto e conforme referido na Nota 57, no tocante ao reconhecimento contabilístico de Impostos diferidos, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos materialmente relevantes, com os do exercício anterior.

INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS >

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), foi comunicado à Sociedade o número de acções de que são titulares os membros dos Órgãos Sociais:

	NÚMERO DE ACÇÕES	% DIREITOS DE VOTO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Presidente		
Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha		
próprias	265.969	
detidas por pessoas ou entidades contempladas no nº 2 do artº 447º do CSC	294.700	
Vogais		
José Eugénio Soares Vinagre	143.000	
Carlos Eugénio Magalhães Corrêa da Silva	1.000	
Salvador Maria Guimarães José de Mello		
Henrique Abílio Paulo Fernandes	92.426	
Casimiro Bento da Silva Santos	200.410	
João Gonçalves da Silveira	45.182	
João da Costa Manuel		
PORTUCEL, SGPS, SA	8.912.811	
representada por Jorge Armindo de Carvalho Teixeira		
CONSELHO FISCAL		
Presidente		
Diogo Portugal Lobo Trigueiros de Aragão		
próprias	5.000	
detidas por pessoas ou entidades contempladas no nº 2 do artº 447º do CSC	226.000	
Vogal		
Maria Lucília Veludo Alves Pereira Nunes de Matos	126.244	
ROC efectivo		
Oliveira, Reis & Associados, SROC,		
representada por Carlos Alberto Domingues Ferraz		
ROC suplente		
Amável Calhau, Justino Romão e J. M. Ribeiro da Cunha, SROC,		
representada por Amável Freixo Calhau		
ACCIONISTAS TITULARES DE ACÇÕES QUALIFICADAS		
Portucel, SGPS, SA		
Directamente	8.912.811	15
Banco Comercial Português, SA		
Directamente	1.748.187	6,4
Seguros e Pensões Gere, SA		
Através de sociedades por si detidas:		
Império Bonança – Companhia de Seguros, SA	168.361	
Auto Gere – Companhia de Seguros, SA	9.500	
Ocidental – Companhia de Seguros, SA	5.000	
Ocidental – Companhia de Seguros de Vida, SA	388.477	
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, SA	3.465.658	
Total imputável	4.036.996	14,8
Petro-Holding-Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA		
Directamente	678.000	2,5
Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha		
Directamente	265.969	
Ana Maria Gaziba da Silva Medina de Quevedo Pessanha	10.000	
através das sociedades por si dominadas e/ou em que exerce cargo de administrador:		
Investimentos Prediais da Rocha – Imprerocha, SA	32.700	
Sagritávora – Sociedade Agro-Pecuária da Quinta do Távora, SA	37.000	
Sociedade Agrícola da Quinta dos Buxeiros, SA	115.000	
VQP – Investimentos, Gestão e Participações Financeiras, SA	100.000	
Total imputável	560.669	2,1

Nos termos do nº1 do artigo 21º do Decreto-Lei 411/91 de 17/10, informamos não ser esta Empresa devedora de quaisquer contribuições, vencidas, à Segurança Social.

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DAS SOCIEDADES



I. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1.1. ÓRGÃOS E DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO QUADRO DE DECISÃO EMPRESARIAL

A Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, SA é uma sociedade cotada na bolsa de valores de Lisboa (Euronext Lisbon), desde sempre ligada ao sector papelheiro, centrando a sua actividade na área da distribuição de papel.

Tem os seguintes órgãos sociais:

- > a Assembleia Geral, composta por todos os accionistas com direito de voto a quem compete proceder à eleição dos corpos sociais, à apreciação geral da administração da sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício e deliberar sobre as alterações estatutárias;
- > o Conselho de Administração composto por

um número impar de cinco a quinze membros a quem compete exercer em geral, os mais amplos poderes de gerência, representar a sociedade em juízo e todos os actos tendentes à realização do seu objecto social.

> o Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e um ou dois suplentes a quem incumbe a fiscalização de todos os negócios sociais.

A Inapa desenvolve a sua actividade de distribuição de papel, através das suas participadas, em 9 países europeus, sendo a casa mãe de um Grupo que hoje é já um dos cinco maiores distribuidores europeus.

O modelo de gestão adoptado pela Inapa, para as participadas que domina, teve em conta as necessidades específicas do negócio e dos mercados em que actua.

A par da imprescindível centralização do controlo de gestão e da definição das orientações

estratégicas globais, assegurou às empresas locais a autonomia operacional imprescindível a uma adaptação eficaz às características dos mercados em que actuam - a máxima *“Think global, Act local”* - define bem o modelo de gestão adoptado.

A Inapa é dirigida pelo seu Conselho de Administração, actualmente composto por 9 membros, dos quais quatro exercem funções executivas.

A este órgão cabe, no modelo de gestão adoptado, muito em especial, estabelecer grandes orientações estratégicas para o Grupo e assegurar o controle de gestão das sociedades dominadas.

O Conselho de Administração da Inapa é apoiado na sua acção por um conjunto de serviços transversais a todo o Grupo, sediados em Lisboa, que compreendem as áreas de gestão financeira, de auditoria e controle de gestão, de contabilidade, de assessoria jurídico-fiscal, de relações com os investidores e de comunicação institucional.

Para estruturar e reforçar uma gestão operacional integrada foi criado um Comité Executivo composto por 5 membros e que integram administradores executivos da Inapa - IPG e os responsáveis máximos pelas principais unidades de negócio (Alemanha, França e Península Ibérica).

A este Comité incumbe, em particular, o acompanhamento das estratégias definidas para o Grupo, a definição dos planos anuais e dos necessários ajustamentos, bem como a coordenação operacional inter-empresas.

Esta estrutura tem permitido que o Grupo se adapte e antecipe constantemente a evolução dos mercados, alargue ao conjunto das suas empresas as melhores soluções desenvolvidas por cada uma - *“best practices”* - e tem sido da maior utilidade no aprofundamento de sinergias e na reorganização das diferentes operações. Ao nível operacional propriamente dito, a actividade é desenvolvida através das empresas de âmbito nacional, estruturadas em torno de quatro pólos:

- > Alemanha;
- > França, que agrega as operações na Bélgica, Luxemburgo, Suíça e Italiana;
- > Portugal e Espanha;
- > Reino Unido.

Cada um destes pólos está confiada a uma equipa de gestão própria, com larga experiência profissional e conhecimento dos mercados específicos, que superintende sobre o conjunto das empresas que nela actuam.

É de sublinhar que, tem contribuído muito para o bom desempenho desta estrutura, o facto de as equipas de gestão provirem dos países em que a sua acção se desenvolve e de, através de uma acção continuada, a Inapa ter conseguido imprimir nestas uma forte motivação comum e uma inquestionável cultura de Grupo.

A actividade das diversas empresas operacionais consiste na venda da mais diversificada gama de papéis de escrita e impressão, dirigida fundamentalmente à indústria gráfica, ao mundo editor e livreiro, a grandes empresas e escritórios. Esta actividade exige uma organização logística altamente sofisticada e eficaz,

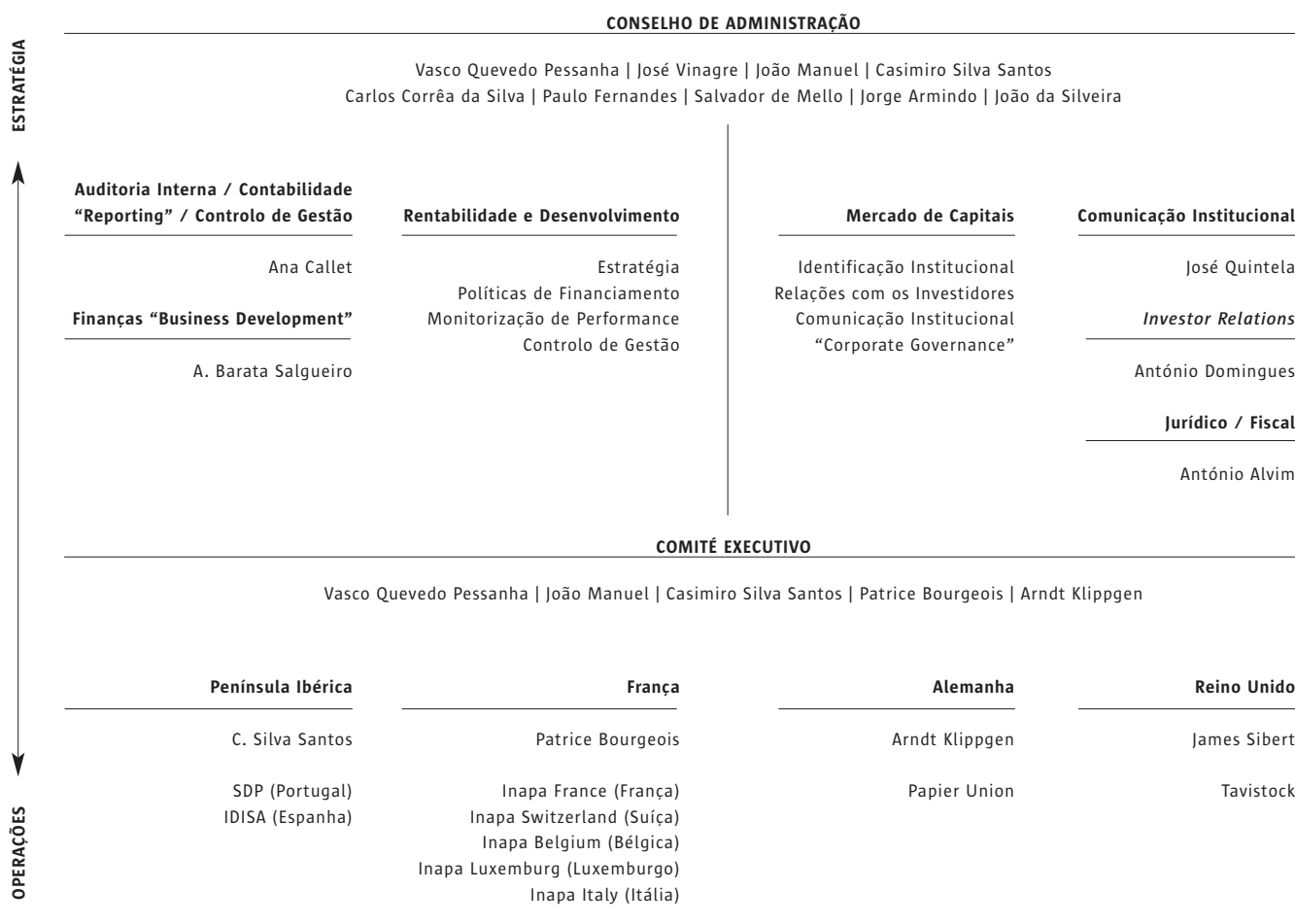


a par de um serviço pré- e pós- venda altamente qualificado.

É um factor de competitividade, determinante na distribuição de papel, o nível do apoio prestado ao cliente, na definição das melho-

res soluções para as suas necessidades específicas e muito concretas.

O modelo de organização adoptado poder-se-á ilustrar pelo seguinte organograma funcional:



1.2. DESEMPENHO DOS VALORES MOBILIÁRIOS EM BOLSA

O ano de 2002 foi o segundo ano consecutivo em que as bolsas sofreram os efeitos de um conjuntura macroeconómica altamente desfavorável.

Os mercados de capitais foram negativamente influenciados pela falta de confiança dos agentes económicos, pelos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, em Nova Iorque, pelos escândalos económico-financeiros nos Estados Unidos da América e na Europa e a forte queda do consumo privado.

A evolução dos mercados foi ainda agravada pelo clima de incerteza provocado pela crise iraquiana com reflexos sobre os preços do petróleo e o desempenho das economias industrializadas. Neste contexto, assistiu-se a uma queda das taxas de juro, nos mercados internacionais, para níveis sem paralelo na história económica das últimas décadas. Assistiu-se ao longo ano de 2002 a uma desvalorização generalizada nos mercados de capitais. As perdas, ao nível das cotações, situaram-se entre os 18% e os 44% nas principais bolsas mundiais.

O mercado português não foi excepção. O seu índice mais representativo - Psi 20 - sofreu uma desvalorização de 25.62% e o volume de transacções decaiu em 31%.

A evolução das acções Inapa acompanhou a tendência depressiva generalizada, ainda que em menor escala. Transaccionaram-se, ao longo do ano, 3.292.328 acções, tendo a cotação, de final de ano situado-se em EUR 3.82, o que corresponde a uma desvalorização de 19.06%, que compara favoravelmente com o desempenho do PSI 20 e das suas principais congéneres. No exercício em apreço não se procedeu a nenhum aumento de capital nem a qualquer operação de dispersão de capital ou de desdobramento de acções.

1.3. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos tem sido um instrumento utilizado pela Inapa para remunerar

os seus accionistas. Para só referir os últimos, a prática seguida pela empresa foi a seguinte:

Ano	Dividendos (€)	n.º de acções
1995	987.620	6.000.000
1996	1.496.393	6.000.000
1997	2.020.131	18.000.000
1998	2.244.590	18.000.000
1999	3.740.984	30.000.000
2000	4.115.082	30.000.000

A prática consistentemente seguida no passado foi interrompida em 2001 e pretende-se que venha a ser retomada logo que as condicionantes macro-económicas e os resultados gerados permitam.

1.4. PLANOS DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES OU DE ATRIBUIÇÃO DE OPÇÕES DE COMPRA A MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS OU COLABORADORES

Embora a sociedade tenha autorização dos seus accionistas para adquirir até 1% do seu capital para possível atribuição aos membros dos órgãos sociais, quadros e demais colaboradores do Grupo, a mesma não foi exercida até à presente data.

A Inapa não dispõe de um plano de aquisição de acções ou de um plano de “stock options” para os membros dos seus órgãos sociais ou para colaboradores.



1.5. UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A utilização, pela Inapa, das novas tecnologias para divulgação de informação relevante tem vindo a ser desenvolvida e consolidada ao longo dos últimos anos.

Nesse sentido dispõe de um “*site*” institucional com os endereços www.inapa.pt e www.inapa.net em português e em inglês.

Para além de uma área de pura informação institucional e de uma área de informação geral sobre a actividade do Grupo e das suas empresas, dispondo ainda de áreas especialmente vocacionada para investidores e para a comunicação social.

Ao aceder a este “*site*” os interessados podem dispôr de um vasto conjunto de informação sobre a empresa e o grupo, de que se refere, a título meramente exemplificativo, os últimos relatórios de gestão e demais documentos de prestação de contas, de natureza anual, semestral e trimestral, os factos relevantes e os indicadores financeiros mais significativos. Esta informação é ainda complementada com os seguintes “*sites*” individuais, com informação mais técnica ou claramente transaccional:

- > www.inapa-tecno.com;
- > www.papel.online.pt
- > www.papierunion.de;
- > www.biberochat.ch
- > www.buopapier.com
- > www.grifo.fr,
- > www.papeteries-navarre.fr;
- > www.oridisdirect.fr;

> www.edicoesinapa.com.

O recurso ao correio electrónico é um meio utilizado em larga escala na comunicação inter-grupo sendo consistentemente utilizado no contacto com a autoridade reguladora do mercado de capitais e através desta com os investidores em cumprimento dos deveres de informação a que a empresa está adstrita, tanto através da página em internet www.cmvm.pt como da página em extranet www.extranet.cmvm.pt.

1.6. GABINETE DE APOIO AOS INVESTIDORES

A Inapa criou um Gabinete de Apoio aos Investidores, a cujo responsável compete ainda a representação para as relações com o mercado. A este gabinete encontram-se confiadas as relações da empresa com as entidades de supervisão do mercado e bolsa (CMVM, Euronext, Interbolsa), IF's (sociedades corretoras e financeiras de corretagem, bancos), investidores institucionais e particulares.

Os contactos com este gabinete poderão estabelecer-se através de :

Representante para as relações com o mercado

Dr. António José Nogueira Simão Domingues

Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, SA

Gabinete de Apoio aos Investidores

Rua do Salitre, 142, 1269 - 064 Lisboa

e-mail: antonio_domingues@inapa.pt

info@inapa.pt

www.inapa.pt

Tel. + 351 21 382 30 08

Fax. + 351 21 382 30 16

II - EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

2.1. INCENTIVO AO DIREITO DE VOTO

Criar mecanismos para incentivar a participação dos accionistas nas Assembleias Gerais, ou promover o exercício dos seus direitos de voto é tarefa que desde sempre tem sido preocupação da Sociedade. Não sendo tarefa fácil, destacamos uma cuidada preparação das exposições do Conselho de Administração sobre as actividades desenvolvidas e perspectivas do negócio com adequada documentação de apoio à disposição dos accionistas e opção por espaços convidativos para realização das reuniões com as melhores condições para discussão entre os accionistas dos temas em debate e sobretudo de fácil acesso ao maior número. Neste âmbito é ainda preocupação da empresa que a divulgação seja o mais abrangente e publicitada possível. Assim a publicação da realização das Assembleias Gerais é efectuada para além do Boletim de Cotações da Euronext Lisboa e do Diário da República, através de anúncios em 2 jornais de grande circulação nacional, um com maior abrangência a Norte e outro a Sul.

Paralelamente, para todas as conferências de imprensa próximas das assembleias gerais, há ampla divulgação com o objectivo de potenciar a participação dos accionistas.

É assim que graças à conjugação destas acções a Sociedade tem conseguido presenças

na sua Assembleia Geral em média, para só falar nos últimos cinco anos, mais de 2/3 do capital social, o que se considera muito expressivo para uma sociedade cotada.

Os estatutos da sociedade não colocam qualquer entrave ao exercício do voto por correspondência e nas convocatórias é feita expressa menção a esta faculdade, estando disponíveis na sede social modelos de boletim de voto por correspondência.

Para o exercício do voto por correspondência houve inevitavelmente que estabelecer uma disciplina que fosse o menos limitativa possível e apenas condicionada pelas exigências de organização e regular andamento dos trabalhos da Assembleia Geral. Assim é facultado aos accionistas o direito de enviarem o seu voto por correspondência até ao terceiro dia anterior ao da realização da assembleia.

Até ao presente não foi possível conciliar as preocupações de realização da Assembleia em local com as melhores condições de espaço e de resposta às exigências técnicas do exercício do voto por meios electrónicos. A Sociedade não obteve, até ao momento, da parte dos seus accionistas um especial interesse por esta modalidade de voto.

Nas Assembleias Gerais desta sociedade têm direito de voto os accionistas titulares de, pelo menos, cem acções, sem prejuízo do direito daqueles que forem titulares de um menor número se agruparem por forma a completá-lo, fazendo-se, nesse caso, representar por um dos agrupados. Por cada cem acções corresponde um voto.



2.2. DIREITO DE PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL

Por força dos estatutos podem participar nas assembleias gerais todos os accionistas com direito de voto.

Tem direito de voto todo o accionista titular de pelo menos cem acções, as quais deverão estar averbadas em seu nome, quando nominativas, ou, quando ao portador, depositadas em instituição de crédito ou nos cofres da sociedade, desde o décimo quinto dia anterior ao da reunião da assembleia geral.

As instituições depositárias deverão dar conhecimento à sociedade do número de acções depositadas em nome do accionista interessado até dez dias antes da reunião mencionada. Os accionistas que não possuírem pelo menos cem acções poderão agrupar-se de forma a completar tal número, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cujo nome deverá ser indicado com três dias úteis de antecedência em relação ao que tiver sido designado para a reunião da assembleia geral.

III- REGRAS SOCIETÁRIAS

3.1. CÓDIGOS DE CONDUTA DA SOCIEDADE

A sociedade Inapa IPG é a sociedade mãe de um conjunto empresarial disperso geograficamente por 9 países. Nesta qualidade cabe-lhe essencialmente as definições da estratégia do Grupo, das políticas de desenvolvimento, de

crescimento por aquisições, financeira, bem como acompanhar e coordenar a actividade.

Tal significa ter um conjunto limitado de colaboradores com especializações profissionais próprias e sujeitos a regras deontológicas intrínsecas às funções, o que em nosso entender dispensa a corporização de um código de conduta da sociedade, para além dos normativos a que todas as sociedades se encontram obrigadas.

3.2. CONTROLE DE RISCO NA ACTIVIDADE DA SOCIEDADE

A sociedade considera estar suficientemente apetrechada para um efectivo controle de risco na actividade da empresa e das empresas por si dominadas.

No que às últimas concerne, deve recordar-se uma das tarefas essenciais que incumbe à sociedade é exactamente o do controle da gestão das participadas a todos os níveis. São assim mobilizados para estes fim todos os sectores correspondentes da estrutura, começando obviamente pela sua administração, passando pelos departamentos financeiro, de contabilidade, controle de gestão e jurídico.

No que se refere à própria sociedade considera-se eficaz a acção desenvolvida pelos responsáveis de auditoria interna / controle de gestão, muito apoiados neste particular pelos auditores externos e revisor oficial de contas, com quem a colaboração, neste particular, sempre foi e é particularmente relevante.

Porque assim é, atendendo ao limitado quadro de colaboradores, considerou-se inútil a criação de quaisquer comissões especializadas no acompanhamento de riscos de natureza específica.

3.3. LIMITAÇÕES AO DIREITO DE VOTO, DIREITOS ESPECIAIS OU EXISTÊNCIA DE ACORDOS PARASSOCIAIS

Para além da quase inexpressiva limitação de voto decorrente da contagem de um voto por cada cem acções detidas, já atrás mencionada e justificado por necessidades de ordenamento do processamento das votações em Assembleia Geral, dos estatutos da sociedade consta ainda uma limitação, para protecção de minorias, de que resulta não serem contados os votos emitidos por um accionista ou por conjunto de accionistas que se encontrem coligados entre si, na parte em que excedam 15% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

A sociedade não foi notificada da celebração de qualquer acordo parassocial entre accionistas da sociedade e nenhum há que disponha de direitos especiais de voto.

IV- ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por nove membros, dos quais quatro exercem funções executivas, a saber:

Membros executivos do Conselho de Administração:

- > Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha
- > José Eugénio Soares Vinagre
- > Casimiro Bento da Silva Santos
- > João da Costa Manuel

Membros não-executivos do Conselho de Administração:

- > Carlos Eugénio Corrêa da Silva
- > Henrique Abílio Cardoso Paulo Fernandes
- > Salvador Maria Guimarães José de Mello
- > Jorge Armindo Carvalho Teixeira
- > João Gonçalves da Silveira

Os membros do órgão de administração desempenham funções em outras sociedades, do grupo e fora dele, tal como se menciona no anexo, que faz parte integrante do presente documento.

As funções assim desempenhadas noutras empresas não conflituam com a independência do desempenho do seu cargo nesta sociedade. Será de referir, quanto aos dois únicos administradores que desempenham funções em entidades não integradas no grupo Inapa, ligadas ao sector da pasta e papel, que as respectivas posições se inserem numa tradição de representação ininterruptamente mantida, desde os primórdios desta sociedade, que nunca afectou a sua independência de avaliação e decisão, antes permitiu uma valorização do conselho em termos de experiência e conhecimentos do sector.

O Conselho de Administração reúne trimestralmente para aprovação das contas a divulgar pelo público, nos termos da lei. Para além



desta matéria específica, a agenda do Conselho inclui sistematicamente os seguintes pontos - análise da conjuntura e factos relevantes verificados no trimestre, análise da actividade da empresa e de cada uma das suas subsidiárias, análise das contas de exploração da empresa e das suas subsidiárias, contas preliminares do mês anterior e estimativa para o trimestre em causa, análise da evolução das cotações e da liquidez dos títulos emitidos pela sociedade. Às agendas do Conselho são ainda aditadas as matérias que pela sua importância e actualidade aconselhem seja o acompanhamento por parte deste órgão ou ainda de uma deliberação formal do mesmo. Importa ainda salientar que durante estas reuniões os administradores executivos prestam a mais detalhada informação sobre a actividade por si desenvolvida ao longo do período considerado e submetem à discussão deste órgão as opções de gestão que antevêm necessárias vir a adoptar a curto prazo.

Será de referir ainda que pela natureza da actividade desenvolvida pela sociedade não se mostra adequado que outras matérias, para além das que decorrem da lei, sejam vedadas à apreciação genérica dos administradores executivos.

O Conselho de Administração reúne ainda para apreciação de matérias específicas sempre que as circunstâncias o aconselhem.

As reuniões deste órgão são sempre antecedidas da elaboração de um vasto e muito exaustivo conjunto de informações, distribuídas com antecedência pelos administradores e

elaboradas, segundo a sua natureza, pelos responsáveis das diversas direcções da sociedade. Tais informações são sistematicamente enriquecidas por notas e/ou comentários dos responsáveis por aquelas direcções sobre os aspectos mais salientes das matérias consideradas, a fim de permitir o mais eficaz acompanhamento e a mais conscienciosa deliberação sobre tais assuntos.

No respeitante às remunerações dos administradores remetemos para a Nota 39 do anexo, sublinhando que a remuneração dos administradores não integra qualquer componente variável em função dos resultados gerados ou de outra espécie. Importa ainda referir que os administradores executivos auferem 381,37 milhares de euros e os administradores não executivos 8,40 milhares de euros.

ANEXO AO RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DAS SOCIEDADES



DR. VASCO LUÍS SCHULTHESS DE QUEVEDO PESSANHA

a) Empresas do Grupo (administrador / gerente)

SDP - Sociedade de Distribuição de Papel, SA

Inapa France, SA

Papier Union GmbH (Beirat)

Lucchetti Decart, Spa

Medialivros - Actividades Editorias, SA

Gestinapa, SGPS, SA

Inaveste - Sociedade de Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA

Inapar - Participações Financeiras, SGPS, SA

Inapa Deutschland GmbH

b) Outras empresas (administrador / gerente)

Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA

Mepesa - Sociedade de Investimentos Imobiliários, Lda

Sagritávora - Sociedade Agrícola da Quinta do Távora, SA

Sociedade Agrícola da Quinta dos Buxeiros, Lda

Sociedade Agrícola da Quinta da Fidalga, Lda

Sociedade Agrícola da Quinta da Barata, SA

Investimentos Prediais da Rocha, SA - Imprerocha

Sociedade Agrícola da Alvarinheira, SA

VQP - Investimentos, Gestão e Participações Financeiras, SA

Solvay Portugal, SA

c) Outras empresas (conselho geral)

BCP - Banco Comercial Português, SA

DR. JOSÉ EUGÉNIO SOARES VINAGRE

a) Empresas do Grupo (administrador / gerente)

Inapa France, SA

SDP - Sociedade de Distribuição de Papel, SA

Medialivros - Actividades Editoriais, SA

Inaveste - Mediação de Seguros, SA

Gestinapa, SGPS, SA

Inapar - Participações Financeiras, SGPS, SA

Inaveste - Sociedade de Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA

b) Outras empresas (administrador / gerente)

Compta - Equipamentos e Serviços de Informática, SA

Compta - Sociedade de Gestão de Participações Sociais, SA

Comptris - Compta Sociedade de Capital de Risco, SA

Fábricas Lusitana - Produtos Alimentares, SA

DR. HENRIQUE ABÍLIO CARDOSO PAULO FERNANDES

a) Empresas do Grupo (administrador / gerente)

Inaveste - Mediação de Seguros, SA

b) Outras empresas (administrador / gerente)

Letraviva - Consultadoria, Promoção e Relações Públicas, SA

Pluricursos - Prestação de Serviços, Participações e Gestão, SA

Farminústria - Sociedade Produtora de Medicamentos, SA

Pluricursos - Consultores em Gestão e Relação

Públicas, SA

Gil - Estudos e Consultores, SA

Peixoto & Gomes, Lda

Aragem - Sociedade de Construções, Lda

Farmatrading, Lda

Maisfin - Prestação de Serviços, SA

José de Mello Saúde, SGPS, SA

CASIMIRO BENTO DA SILVA SANTOS

a) Empresas do grupo (administrador / gerente)

SDP - Sociedade de Distribuição de Papel, SA

IDISA - Inapa Distribuição Ibérica, SA

Papéis Carreira Açores, Lda

CPA - Central Papeleira de Alenquer, SA

Papéis Carreira - Madeira, Lda

b) Outras empresas (administrador / gerente)

Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA

DR. JORGE ARMINDO DE CARVALHO TEIXEIRA

administrador / gerente

Portucel - Empresa de Celulose e Papel de Portugal, SGPS, SA

Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA

Portucel Florestal - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, SA

Aliança Florestal - Sociedade para o Desenvolvimento Agro-Florestal, SA

Portucel Tejo - Empresa de Celulose do Tejo, SA



Sociedade de Vinhos da Herdade da Espirra -
Produção e Comercialização de Vinhos, SA
Lazer e Floresta - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, Imobiliário e Turismo, SA
Celpinus - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, SA
Portucel International Trading, SA
Portucel International Trading, GmbH
Portucel España
Imobiliária do Tojal - Compra, Venda e Gestão de Imóveis, SA
Soporcel - Sociedade Portuguesa de Papel, SA
Tecnipapel - Sociedade de Transformação e Distribuição de Papel, Lda
Aflomec - Empresa de Exploração Florestal, SA
Viveiros Aliança - Empresa Produtora de Plantas, SA
Fundição do Alto da Lixa, SA

Maisfin - Prestação de Serviços, Participações e Gestão, SA
Herdade do Vale da Fonte, SA

DR. JOÃO DA COSTA MANUEL

Empresas do grupo (administrador / gerente)

Papier Union GmbH (Beirat)
Gestinapa - SGPS, SA
Inaveste - Sociedade de Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA
Inapar - Participações Financeiras, SGPS, SA

DR. SALVADOR GUIMARÃES JOSÉ DE MELLO

administrador / gerente

José de Mello, SGPS, SA
Hospital Amadora-Sintra, Sociedade Gestora SA
ISU - Estabelecimentos de Saúde, SA
SGHD - Soc. Gestora do Hospital das Descobertas, SA
Hospital CUF Descobertas, SA
José de Mello Saúde, SGPS, SA

DR. JOÃO GONÇALVES DA SILVEIRA

administrador / gerente

José de Mello Saúde, SGPS, SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido pela Assembleia Geral de 8 de Maio de 2002, vimos apresentar-vos o relatório da nossa actividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas de *INAPA - Investimentos, Participações e Gestão, SA*, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

Dentro do modelo que já constitui tradição, optou o Conselho de Administração por fundir num só texto os Relatórios de Gestão sobre a actividade da Sociedade e a do Grupo que encabeça, pelo que o mesmo faremos, por coerência e para facilitar a vossa apreciação. Contém o bem elaborado e documentado Relatório de Gestão, este ano ainda mais aprofundado e transparente, exposição fiel e clara sobre a evolução dos negócios e a situação da Sociedade e a do Grupo, descrevendo a envolvente económica e o desenvolvimento dos sectores e mercados relevantes e referindo a evolução previsível; relata, ainda, a evolução e a situação das principais participadas.

Num ambiente económico desfavorável, com sinais de recessão em Portugal e de quase estagnação generalizada quer na Europa quer no Mundo, com os habituais "motores" económicos internacionais gerindo crises económicas internas, a economia do papel - produto muito antigo e sempre renovado com novas

variedades, de ciclo muito longo, mas sensível à conjuntura - naturalmente que se ressentiu, tendo-se verificado, por exemplo, na Europa uma nova quebra da sua procura, ainda que diferentemente distribuída pelos seus muitos e variados tipos. Para além de alguma alteração nos padrões do seu consumo, a evolução negativa de alguns sectores a juzante e de sectores correlacionados - publicidade e, consequentemente, publicações - contribuíram para a quebra verificada.

Num ambiente de globalização, os vários agentes económicos têm vindo desde há anos a ajustar-se à evolução, nomeadamente através de concentrações e reorganização da fileira do sector, num cenário de sustentada sobrecapacidade produtiva instalada e atendendo às novas formas de satisfazer a procura, nomeadamente aos canais alternativos de distribuição e ao recente enfoco do *procurement*. Neste contexto, a função de distribuidor - interface entre a produção e os consumidores não

finais e os retalhistas - mantém toda a sua razão de ser e as suas potencialidades, mas tal função tem que ser cumprida com eficiência e tem que ajustar-se às inovações logísticas e tecnológicas, ou seja, o binómio mais valia acrescentada/margem deve ser o seu foco estratégico.

Neste enquadramento o Grupo, com quase 40 anos de história no papel, ainda que recente na pura distribuição, mas herdeiro de longas tradições e experiências acumuladas das suas principais afiliadas, tem vindo a executar programas de ajustamento - mantendo a filosofia de actuação local - quer na arquitectura do Grupo, quer de reorganização das empresas operacionais, nomeadamente pela flexibilização das estruturas e redução de pessoal e de custos operacionais, meios logísticos (nomeadamente, novos armazéns em Madrid e em Lyon), *portfólio* de artigos (com destaque para o reforço das marcas próprias), reforço dos novos meios tecnológicos para o diálogo com os clientes e aproveitamento do mercado interno europeu.

A nível das contas individuais, manteve-se o volume das prestações de serviços, com ligeiro crescimento dos proveitos totais. O acréscimo dos custos com o pessoal induziu uma ligeira contracção dos resultados operacionais, tendo os financeiros melhorado 20%. Para além da evolução desfavorável dos resultados extraordinários, a introdução do método dos impostos diferidos (não comparável, portanto, com o exercício anterior) conduziu a uma significativa redução dos resultados líquidos.

O Balanço mostra a carteira de investimentos financeiros estável, uma ligeira melhoria e

um excelente nível de autonomia financeira, apesar dos ligeiros acréscimos do endividamento bancário e do passivo, no seu total.

Ao nível das contas consolidadas, o Grupo manteve, em substância, a mesma abrangência (ligeiras foram as alterações), ainda que do perímetro de consolidação constem menos empresas (devido às fusões ocorridas) e com novas designações (para reforço da imagem corporativa do Grupo). As vendas consolidadas e os proveitos operacionais regrediram 7%, por força das razões já referidas, tendo a margem bruta caído 0,63 p.p., mas graças à redução conseguida nos custos (em especial os com o pessoal e os FSE) os resultados operacionais (na lógica das naturezas) cresceram quase 10%, tendo os resultados financeiros melhorado 31%, pelo que os correntes, embora ainda negativos, melhoraram 86%. A boa evolução dos resultados extraordinários e a já referida introdução da contabilização pelo método dos impostos diferidos conduziram a um resultado líquido positivo, marcando a recuperação em relação ao exercício anterior e apesar de desfavorável evolução da envolvente.

A redução dos capitais próprios (explicada no Relatório de Gestão) induziu um ligeiro decréscimo na autonomia financeira consolidada, cujo nível deverá ser melhorado, nomeadamente através de operações em preparação.

O Conselho acompanhou os procedimentos que o seu membro Revisor Oficial de Contas desenvolveu e, no final dos trabalhos, apreciou o seu Relatório com o qual concordou e tomou conhecimento das "Certificações Legais das



Contas" por este emitidas e que mereceram a sua inteira adesão.

A fim de darmos parecer - como é nossa obrigação - sobre a proposta de aplicação de resultados, constante do Relatório de Gestão, ponderámos a fundamentação apresentada, o nível de capitais próprios, em especial os consolidados, os resultados das contas individuais e das consolidadas e as convenções e práticas contabilísticas subjacentes, tudo enquadrando face ao disposto no artº 27º do contrato de sociedade, ao direito dos accionistas aos lucros do exercício, à evolução recente e previsível da envolvente e aos interesses da Sociedade, que o próprio artº 27º manda ter em conta "para a constituição e reforço de reservas e outras aplicações que a assembleia geral entenda convenientes", tendo concluído pela conveniência da proposta do Conselho de Administração.

Durante o exercício não tomámos conhecimento de irregularidades ou inexactidões que devamos levar ao vosso conhecimento, tendo-nos sido prestados todos os esclarecimentos de que necessitámos; pelo apoio que recebemos no desempenho das nossas funções aqui expressamos os nossos agradecimentos.

Tendo-nos sido presentes os documentos de prestação de contas, que satisfazem as disposições legais e estatutárias e contêm a proposta de aplicação de resultados e atendendo às referidas "Certificações Legais das Contas" e às suas conclusões, envolvendo, na medida aí referida, a apreciação dos princípios e critérios valorimétricos adoptados e da conformidade do sistema contabilístico com os preceitos legais e exprimindo a

opinião de que esses documentos apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das suas operações no exercício,

somos de parecer que:

- > merecem aprovação o Relatório de Gestão (conjunto), o Balanço, as Demonstrações dos Resultados e demais documentos de prestação de contas, incluindo os respectivos Anexos;
- > merece aprovação a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, atendendo ao disposto no artº 27º do contrato de sociedade;
- > merecem aprovação o Relatório Consolidado de Gestão (conjunto), o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados e demais documentos de prestação de contas e os respectivos Anexos,

e propomos que:

- > a Assembleia Geral proceda de forma favorável à apreciação geral da Administração da Sociedade e de cada um dos seus membros, nos termos do artº 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 8 de Abril de 2003

O CONSELHO FISCAL

. Diogo de Portugal Trigueiros de Aragão - Presidente

. Maria Lucília Veludo Alves Pereira Nunes de Matos

. OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por Carlos Alberto Domingues Ferraz,

R.O.C. nº 362

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas de INAPA - Investimentos, Participações e Gestão, SA, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de K€ 838.777 - milhares de euros - e um total de capital próprio de K€ 123.192, incluindo um resultado líquido de K€ 812), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de

forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 6 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão /Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de



Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

> a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

> a verificação das operações de consolidação;

> a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

> a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

> a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

6. Conforme é referido nas notas 23(1), 25 e 27 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados (ABDR), o imobilizado inclui marcas (K€149.639) as quais foram objecto de avaliação aquando da sua aquisição ou no decurso do exercício de 2000, que "não são objecto de amortização anual uma vez que serão regularmente avaliadas", conforme é política da Administração. Não estando em condições de determinar o seu período de vida útil, não nos é possível calcular o efeito das respectivas amortizações e outras correcções nas demonstrações financeiras consolidadas.

7. Conforme é referido nas notas 10, 23(1), 25 e 27 do ABDR o imobilizado inclui diferenças de consolidação (que inicialmente foram amortizadas num período de 25 anos, tendo, porém, o Grupo alterado, em 2000, com impacto nos capitais próprios, esse período para 40 anos) e terrenos e edifícios de propriedade de subsidiária (os quais foram objecto da avaliação aquando da sua aquisição ou por força do processo de fusão das subsidiárias francesas em 2002). Assim, tendo em conta as novas avaliações dos terrenos e edifícios e o ajustamento das diferenças de consolidação líquidas tomando o período de 25 anos, o imobilizado líquido e o resultado consolidado do exercício seriam reduzidos em, respectivamente, 23 e 2 milhões de euros, enquanto que o saldo devedor de "Outras reservas" seria acrescido de 21 milhões de euros.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 6 acima e quanto aos efeitos das situações descritas no parágrafo no 7 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de INAPA - Investimentos, Participações e Gestão, S.A., em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1. Conforme é referido nas notas 23 (7), 51 e 57 do ABDR o Grupo reconheceu no exercício, pela primeira vez, situações de impostos diferidos, de acordo com a Directriz Contabilística nº 28.

9.3. Conforme é referido na nota 51 do ABDR algumas rubricas do Capital próprio foram movimentados durante o exercício: "Ajustamentos

de investimentos financeiros" [provisão para participação, para reflectir o valor de mercado: ver notas 23 (3) e 52], "Outras reservas" e "Resultados transitados".

Lisboa, 8 de Abril de 2003

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por Carlos Alberto Domingues Ferraz, ROC nº 362

Belarmino Martins, Eugénio Ferreira
e Associados, SROC, Lda.
Avenida da Liberdade, 245 - 8º C
1269 - 035 Lisboa
Portugal
Telefone +351 21319 70 00
Facsimile +351 21316 11 12

Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de €838,777 milhares, um total de interesses minoritários de €1,764 milhares e um total de capital próprio de €123,192 milhares, incluindo um resultado líquido de €812 milhares), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o

Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA

mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7 Conforme referido no Relatório de Gestão e na Nota 23 (1) do Anexo, o Imobilizado inclui marcas que foram avaliadas, aquando da aquisição de subsidiárias estrangeiras, por cerca de €124.7 milhões, que não são amortizadas por a Administração entender que estas não se desvalorizam, dada a sua importância estratégica, e proceder regularmente à apreciação do seu valor por entidade independente. Em face da complexidade associada ao estabelecimento de um critério objectivo para a determinação do período de vida das marcas e da correspondente amortização, não é possível apurar o efeito que esta informação adicional poderia ter nas demonstrações financeiras consolidadas.

8 No âmbito do processo de fusão da actividade operacional do Grupo em França foram realizadas novas avaliações aos terrenos e edifícios e ao goodwill que está subjacente ao negócio. Adicionalmente, é de salientar que, conforme referido na Nota 10 do Anexo, o Grupo Inapa alterou no final do exercício de 2000 o período de amortização das diferenças de consolidação de 25 para 40 anos, dado considerar que este reflecte melhor o horizonte temporal necessário para a recuperação dos investimentos. Assim, (i) tendo em consideração os resultados das avaliações realizadas no exercício de 2002, com o consequente ajustamento do valor dos terrenos e edifícios reavaliados, conjuntamente com a análise das marcas avaliadas em exercícios anteriores nas subsidiárias nacionais, e (ii)

Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA

caso a amortização das diferenças de consolidação tivesse por base o período de 25 anos anteriormente utilizado, o imobilizado e o resultado consolidado do exercício seriam reduzidos em cerca de €47 milhões e €2 milhões, respectivamente, e o saldo devedor da rubrica de outras reservas seria acrescido em cerca de €45 milhões.

Opinião

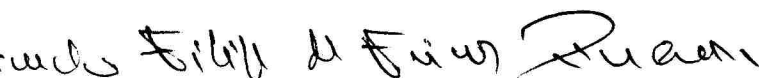
9 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas no parágrafo 7 acima, e excepto quando aos efeitos da situação referida no parágrafo 8 também acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, SA em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

10 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 9 acima, salientamos que a rubrica de Dívidas a terceiros de médio e longo prazo inclui empréstimos bancários, objecto de renegociação periódica, por ser convicção da Administração que estes, pela renovação consecutiva e permanência no balanço, assumem características de médio e longo prazo.

Lisboa, 27 de Maio de 2003

Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Ricardo Filipe de Frias Pinheiro, R.O.C.

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL N.º 8 - A DE 23 DE MAIO DE 2003 DE
INAPA – INVESTIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E GESTÃO, SA**

Aos vinte e três dias do mês de Maio de dois mil e três, pelas quinze horas, reuniu na sala Bruxelas, do Hotel Altis, Rua Castilho, n.º 11, em Lisboa a Assembleia Geral de Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA, com a seguinte ordem do dia:

1. discutir, aprovar ou modificar o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas não consolidadas da empresa, relativos ao exercício de 2 002, bem como os respectivos Relatório e Parecer do Conselho Fiscal;
2. discutir, aprovar ou modificar o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas consolidadas da empresa, relativos ao exercício de 2 002, bem como os respectivos Relatório e Parecer do Conselho Fiscal;
3. deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
4. proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, de harmonia com o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 376º e n.º 1 do art.º 455º, ambos do Código das Sociedades Comerciais;
5. deliberar sobre uma proposta do Conselho de Administração para aquisição e alienação de acções próprias da sociedade, em conformidade com o disposto nos art.ºs 319º e 320º ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Presidiu à sessão o Sr. Dr. José António do Reis Martinez, secretariado pelo Sr. Eng.º Luís de Gonzaga Bernardo Martins Rolo e pelo Sr. Dr. Luís Eduardo de Menda de Castro.

A Mesa começou por verificar que a presente reunião fora convocada por anúncios publicados no Diário da República de 11 de Abril, no Boletim de Cotações da Bolsa de Valores de Lisboa de 15 de Abril e nos jornais de grande circulação nacional Diário de Notícias, de Lisboa, e Jornal de Notícias, do Porto, ambos de 11 de Abril.

A Mesa verificou ainda, pela lista de presenças organizada nos termos da lei, que se encontravam presentes ou devidamente representados 48 accionistas, titulares de 18 541 170 acções, número que corresponde a 61,80 % do capital social.

O Sr. Presidente declarou então que se mostravam assim preenchidos todos os requisitos a que a lei e os estatutos sujeitam as reuniões deste órgão, pelo que declarava a presente assembleia validamente reunida e em condições de deliberar sobre a ordem do dia para que fora convocada e a cuja leitura procedeu.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente informou os presentes que, como já se tornara costume, iria começar por colocar à discussão, em conjunto, os pontos 1. e 2. da ordem do dia, sem prejuízo da sua votação em separado.

(...)

Como nenhum outro dos presentes desejou usar da palavra o Sr. Presidente submeteu à votação o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas não consolidadas da empresa, relativos ao exercício de 2 002, bem como os respectivos Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, os quais foram aprovados por unanimidade.

Seguidamente submeteu à votação o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas consolidadas da empresa, relativos ao exercício de 2 002, bem como os respectivos Relatório e Parecer do Conselho Fiscal as quais foram igualmente aprovados por unanimidade.

Passou-se então à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.

A proposta do Conselho de Administração era a seguinte :

Apesar da franca melhoria, os resultados consolidados situaram-se ainda modestamente nos EUR 811,6 milhões, claramente acima do desempenho do sector, cuja conjuntura não demonstra ainda sinais claros de inversão das tendências desfavoráveis que marcaram o ano de 2002.”

Nestas circunstâncias, entende o Conselho de Administração não ser oportuno propor qualquer distribuição de dividendos pelo que, para o resultado líquido do exercício, no valor de EUR 2 919 193,28, acrescidos de EUR 5 804 927,62 de resultados transitados, num montante total de EUR 8 724 120,90, propõe a seguinte aplicação:

–	Para	reserva	legal
	€	1 670 000,00
–	Para	reservas	livres
	... €	1 692 883,67	
–	Para	resultados	transitados
	€	5 361 237,23

(...)

Como nenhum outro dos presentes desejou usar da palavra foi a proposta submetida à votação e aprovada apenas com o voto de abstenção por parte do accionista Sr. Mário Joaquim do Carmo Barros.

(...)

Nada mais havendo a tratar e depois do Accionista Sr. Maário Joaquim do Carmo Barros ter manifestado o seu muito apreço pela forma como a Mesa soubera conduzir os trabalhos foi a sessão encerrada pelas dezassete horas e lavrada a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Mesa, nos termos da lei.